



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2023

Ata n.º 25

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte de outubro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento da Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Albufeira e Associação Artedosul, no âmbito do festival de Música Clássica "Algarve Classic"; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Protocolo de promessa de constituição de direito de superfície sobre uma parcela de terreno para construção/expansão do Centro de saúde; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Reduzir Perdas de Água no Setor Urbano", no âmbito do aviso n.º 3/C09-i01/2023 - Medida SM1; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura no âmbito do Aviso n.º 07/C03-i01/2023 - Radar Social - Criação de equipas para projeto piloto; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à Proposta de Atribuição de Concessão de Utilização de Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, localizado na Unidade Balnear 1 da praia da Falésia/Alfamar - Alteração ao Caderno de Encargos; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 em 0%; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2024 em 0% para todos os sujeitos passivos; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2023 em 0.3% para os prédios urbanos; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2024 de 0%; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Ampliação da rede de Águas Residuais Domésticas e de Vale Pegas; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a aplicar na Remodelação e Conservação da rede de Abastecimento de Água e Saneamento até ao limite de 499.000,00€ + IVA; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de Serviços de Transporte Escolar em Circuitos Especiais para o Ano Letivo de 2023/2024; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em circuitos não definidos; -----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Aquisição de passes escolares da Rede GIRO para o ano letivo 2023/2024, até um limite de 208.000,00€ + IVA; -----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para as atividades de Artesão, Artística, Restauração e Bebidas não Sedentária e Venda Ambulante, para os meses de novembro de 2023 a março de 2024; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Paolo Augusto Funassi, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Rui Miguel de Sousa Bernardo, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo



Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Inês Mendonça, Helena Simões e Cláudia Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Paolo Funassi, Rui Serôdio e Teresa Neto. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Diogo: "Boa noite, minha presença aqui é por terem aberto um bar por baixo da minha cama, que funciona até às quatro da manhã, com excesso de um som absurdo, nós não conseguimos descansar, nem com tampões nos ouvidos. Os aparelhos em casa tremem todos com a vibração e aquilo é um atentado à saúde pública. Já fiz queixa na Câmara, já fiz queixa na PM, já estive lá um técnico de som, já teve a GNR, que não tem autonomia para mais, eles respondem que ele tem licença. Conclusão, até às quatro da manhã ninguém dorme, às sete horas levanto-me para ir trabalhar. Isto agora são só três dias, mas durante o verão são sete dias, vezes seis horas por noite ou sete. Nós acordamos, parece que estamos ressacados de uma grande festa, e eu até nem gosto de festas. O que acontece é que, não há condições de vida naquele edifício, a minha queixa é essa, não tenho condições de viver lá, e temos batalhado perante as autoridades e ninguém faz nada, simplesmente nada! A D. Rossana já sabe disso tudo, depois tem as colunas exteriores também, agora o maior problema é dentro de casa, os ferros tremem, a madeira, o betão, a mobília, treme tudo. Não sei porque esse senhor está acima da lei. Ninguém faz nada! Pelo menos que isolassem o bar, seria uma boa ajuda para quem lá



vive. O bar é no edifício Cristina, na Avenida Sá Carneiro, o bar tem o nome de Forest, trabalha das dez da noite até às quatro da manhã.” -----

Manuel Pereira: “Boa noite a todos, obrigado por esta oportunidade, eu vim aqui falar sobre a Algar, é uma empresa que presta serviço em todo o Algarve e em Albufeira também, mas, pelos vistos, parece-me que ninguém é responsável pelo serviço que esta entidade presta no concelho e restante Algarve. No entanto, eu creio que é paga pelo município de Albufeira. Diga-me Senhor Presidente, se estou errado, se o município paga, se é um serviço que pode exigir que seja efetuado como o caderno de encargos? Falar do passado e presente é prevenir o futuro, desde o dia vinte e quatro de abril até ao dia oito de maio, tive sem recolha de lixo. Nesse tempo enviei quatro emails, e as respostas eram daqueles tickets automáticos, e as poucas respostas que realmente recebi foi que a recolha tinha sido efetuada e pedimos desculpa pelo incómodo e já estava. No mês de agosto, isto não querendo estar aqui a pormenorizar, fiquei doze dias sem recolha, tendo enviado entretanto, os mesmos emails. No dia dezoito de Outubro, fiquei a saber que esses emails não tinham sido lidos, porque no dia dezoito de outubro recebi o recibo de leitura, portanto, só foram abertos ou então apagados no dia dezoito, isto referente aqueles que eu enviei em agosto. No dia vinte e um de agosto estava esgotado, é uma lixeira à porta de serviço, onde todos os dias entravam iguarias e passando uma imagem terrível a quem passava no passeio e no jardim. Eu disse, de hoje não passa e liguei para a GNR e o agente que me atendeu disse: isso não tem nada a ver com a GNR. Discordei e dei o meu ponto de vista, entre outras coisas e disse se eu colocasse o lixo que aqui se encontram no meio da via pública, provavelmente já era da competência da GNR. Desliguei e de seguida liguei para o número de Proteção Civil, vem parar ao município de Albufeira. Entretanto, ligo para a Proteção Civil, a chamada terminou, ninguém atendeu, voltou-se ao mesmo processo, alguém atendeu e disse: compreendo, mas não é nada connosco. A última tentativa, Polícia Municipal atenderam e disseram: acho que não era bem com connosco, mas que iriam mandar lá alguém e na realidade, foi lá um agente, fotografou e disse que aquilo era inadmissível, estar como estava, era um caso de saúde pública e, nessa altura, a empresa chegou e fez a recolha, depois voltou a falhar muito mais vezes. Pergunto ao Senhor Presidente se está a trabalhar no assunto ou se vamos aguardar que volte a acontecer o mesmo no próximo ano?! Já ouvi dizer várias vezes que o município não tem nada a ver com este assunto, não sei quem é que terá. Portanto, quando nós temos alguma situação, a quem nos podemos queixar? Eu tentei três



entidades, e nenhuma dela tinha competência para isso. Não sei se a câmara terá ou não, portanto, vinha aqui então saber se há alguma possibilidade de se fazer alguma coisa por isto, que os munícipes de Albufeira agradecem. A minha segunda questão prende-se com as ervas daninhas que se encontram no jardim do Montechoro, que foram compradas, creio eu, como plantas florais e saíram ervas daninhas, ou seja, aquelas que dão uma espécie de bolinhas, e que voam, espalham-se e andam na esplanada e na cozinha, e em todo o lado.” -----

Fátima Gomes: “Boa noite a todos, o assunto que me traz aqui pela primeira vez, mas já muito falado, é o ruído produzido pelo Hotel Montechoro, e lamento dizer que sinto muita vergonha vir aqui expor o assunto, quando já o fiz em algumas reuniões com a Câmara, como se tivesse que mendigar algo que é meu por direito, que é a privacidade e a tranquilidade dentro da minha casa. Eu não sou polícia e devo dizer que a casa onde moro tem vidros duplos, passaram os verões com janelas e estores fechados, eu e as outras pessoas que moram ao meu redor, é um verdadeiro desespero, de manhã à noite, sem paragens. E estes últimos dias, salientar que se agravou bastante, que se chamou a GNR. A GNR pela primeira vez atuou e eles tiveram de terminar, só na parte da tarde, mas à noite voltaram à carga. Hoje ainda pior. Foi a primeira vez que a GNR atuou e agradeço bastante a GNR. Devo dizer que este assunto me levou a consultar um médico, ando a tomar comprimidos, porque não tenho sossego dentro da minha casa, eu estou a ver um verdadeiro stresse e estou a emagrecer e está a complicar bastante a minha vida, inclusive no trabalho. Eu penso que quando este executivo tomou posse da Câmara, assumiu também os seus munícipes e a sua proteção, que penso que está a falhar um bocado, porque eu sinto-me negligenciada e estão a passar um pano pelo assunto, estão a empurrar com a barriga e a assobiar para o lado, porque soluções não são apresentadas e eu não me vou calar. Eu estou a falar por mais pessoas que me pediram, inclusive fui falar com elas, mas em zonas diferentes, porque o ruído em Albufeira realmente é demais. Eu vou mencionar aqui, para terminar, os e-mails trocados em que o primeiro foi enviado à senhora D. Rosana André, a trinta do sete de dois mil e dezanove, que só respondeu dois meses depois, um novo email em agosto de dois mil e dezanove completamente sem respostas, só a sete do seis de dois mil e vinte e dois é que a D. Rossana propõe a medição acústica na minha casa, a senhora veio por três dias fazer a medição de ruído e nada aconteceu. Coincidência. O Ministério do Ambiente que foi contactado por mim, contactou com a Câmara a catorze do seis de dois mil e vinte e dois,



pedindo para me darem respostas. A resposta veio com documento assinado pelo senhor Doutor Cristiano, a vinte e um do dez de dois mil e vinte e um. De referir também que além de muitos emails ao longo destes anos, enviados um, a catorze do cinco de dois mil e vinte e dois, outro a seis do nove de dois mil e vinte e dois, outro um do três de dois mil e vinte e três, outro a vinte e sete do seis de dois mil e vinte e três, vêm todos com resposta com o mesmo documento assinado pelo senhor Doutor Cristiano, todos com a data de vinte e um do dez de dois mil e vinte e um. Eu agradeço respostas, por favor, que eu vivo um verdadeiro desespero. Muito obrigado." -----

Rui Neves: "Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, munícipes, a JSD Albufeira parabeniza a Câmara Municipal, bem como a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água pelos diversos eventos que têm concretizado até há pouco tempo. Mais propriamente dito, os workshops, tertúlias, conferências que tem juntado várias famílias, bem como jovens de todo o município e incentiva não só a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água como as restantes freguesias, com estes eventos. Dizer também para todos os presentes, que a JSD Albufeira há coisa de dois meses, enviou para o Senhor Ministro da Administração Interna uma carta com várias propostas acerca da parte noturna, neste caso das discotecas e bares nas épocas altas e baixas da durante o ano inteiro, em que o reforço policial não é suficiente e até ao momento ainda não tivemos respostas. Os jovens albufeirenses querem sentir-se seguros quando vão para a baixa de Albufeira, bem como para a Rua da Oura e não querem ver-se privados da sua segurança. Até ao momento o Senhor Ministro da Administração Interna, não disse absolutamente nada, isso foi uma proposta enviada há cerca de dois, três meses. Não só na parte noturna, mas policiamento em frente das escolas básicas e secundárias é insuficiente. Temos casos e relatos de que tem havido sujeitos exteriores ao funcionamento escolar, sujeitos esses que vendem tabaco, entre outras substâncias e o policiamento não é suficiente para acorrer a essas situações todas. Pedimos urgentemente que as autoridades, sobretudo o Governo, olhe para estas situações, acho que é um mau exemplo e não beneficia ninguém, sobretudo os mais jovens. Outra situação, dar os parabéns, esqueci-me há pouco de referir, dar os parabéns ao artista Asur, que fez o mural em homenagem aos pescadores e às suas famílias na Doca de Albufeira, que dá um grande prestígio, não só às famílias de Albufeira, mas mostra muito a cultura do povo albufeirense. Albufeira não é só a parte da restauração, parte dos bares, é muito mais do que isso. A nossa



cultura tem que ser projetada, é pouco projetada, mas eu acredito pelo que se tem desenvolvido até ao momento e acredito que o município vá dar continuidade a isso, apostar mais na pesca, que é uma área que ao longo do tempo foi-se perdendo e que começa a dar outra vez volta a essa parte. O que eu quero dizer com isto, é trazer os jovens, incentivar os jovens a pegar na arte da pesca. Acredito que daqui uns anos possa crescer substancialmente e os jovens comecem a olhar para a pesca com outros olhos.”

Ivo Laranjo:” Boa noite, venho apresentar rapidamente dois aspetos importantes a nível da passagem de peões, sobretudo na Rua Coronel Águas. A minha casa é exatamente em frente à passadeira, eu hoje tive novamente pela quinta vez, um carro, para além de outros, a passar naquela rua a alta velocidade e por pouco não me atropelou. Dizer que a Câmara Municipal já tem conhecimento disto, já algumas vezes foi intervencionado inclusivamente, o Dr. Rolo recorda-se disso presentemente, mandou no dia seguinte, após a minha intervenção nesta assembleia as entidades fazerem o que tinham a fazer relativamente à passadeira, mas eu acho que não é o suficiente, sobretudo naquela estrada que tem buracos quando chove e, portanto, aquilo precisa verdadeiramente de um tapete em alcatrão, que dê consistência àquela zona, porque também é uma zona onde existe muita gente dos seus sessenta anos para cima. Um segundo aspeto é, eu tinha feito um pedido relativamente à habitação de um parente meu, que fica na Travessa da Paz, sobre um muro que está eminente de cair, ou seja, com as chuvas, a árvore está numa zona em que a ramificação já está a empurrar o muro para dentro de uma habitação que é alugada, e a pergunta que eu faço é, já foram feitas várias intervenções, já fiz vários requerimentos, as respostas que me são dadas pelos serviços são que têm de continuar a cá vir, sem necessidade alguma, uma vez que eu também tenho o número de referência da resposta, se o Senhor Presidente assim o quiser, faço questão de entregar na sua mesa. Eu quero saber até quando é que isto vai continuar neste impasse, porque não vale a pena, nós temos de ter pessoas que deem uma resposta concreta aos munícipes e responder rapidamente às necessidades dos mesmos. Um terceiro aspeto é a questão da habitação, como o Senhor Presidente tem conhecimento, existe várias pessoas que necessitam de habitação. A Câmara também tem intervencionado e tem feito um papel importantíssimo nesse sentido, mas a questão é: nós temos também que olhar para as pessoas que trabalham no nosso município. Eu penso que isso é uma resposta que nós temos de dar com o máximo de emergência possível, sobretudo jovens estudantes. Eu tenho vinte e quatro anos, tenho a graça de estar numa casa de família, mas não é por



causa disso que eu não olho para os jovens de idade, para pessoas de trinta, quarenta, cinquenta, sessenta anos a serem despejadas constantemente para fora das suas habitações por não terem condições financeiras para poder suportar os custos que são pedidos, e eu penso que tem de haver uma intervenção por parte tanto do Governo como também desta câmara, para que haja custos controlados nas habitações." -----

Presidente da Câmara: "Cumprimento todos os membros desta Assembleia, bem como todos os cidadãos que estão aqui hoje presentes, agradecendo antecipadamente as vossas questões, porque são questões que muitas vezes não são bem visíveis e não podemos ver tudo ao mesmo tempo. As questões do ruído vou deixar para mais tarde. O senhor Manuel Pereira fez uma intervenção sobre a questão da Algar, a Algar é uma empresa com a maioria do capital privado, a restante parte é dos dezasseis municípios do distrito de Faro. Aquilo que acontece em Albufeira, aliás, tem sido alvo de discussão em sede da AMAL, e ainda na última sessão tivemos essa discussão e na próxima sexta-feira vamos ter uma reunião onde vai estar o conselho de administração da Algar, precisamente para manifestar, eu próprio já fiz também uma nota de imprensa com esse objetivo, manifestar o desagrado com que esta empresa presta o serviço, neste caso em Albufeira, mas não é só em Albufeira, é em todo o Algarve. Nós, em Albufeira estamos a estudar com a Algar, possíveis soluções para resolver este problema e para evitar precisamente isso que disse há pouco, que é no próximo ano, será que acontece a mesma coisa? Portanto, o objetivo é que não aconteça e daí, a Câmara Municipal de Albufeira, provavelmente vamos nos substituir à Algar e a Algar deixa prestar serviço aqui. Evidentemente que tem de haver uma negociação, a Algar tem que pagar à Câmara para prestar esse serviço, porque na realidade daquele serviço de resíduos que a Algar recolhe a câmara não paga nada, paga é pelo outro, os resíduos que vão ser colocados e depositados nos aterros que são da gestão desta empresa. Esperemos que para o próximo ano a situação esteja realmente ultrapassada. Relativamente às ervas daninhas do jardim de Montechoro, já registei aqui para chamar a atenção disso e ver o que é que se passa com essas ervas, que isso não convém lá estar obviamente. O senhor Rui Neves em relação ao apoio dado à arte da pesca, nós, em termos de Câmara Municipal, não temos grandes responsabilidades, sobre os apoios a dar aos pescadores, tal qual, como damos apoio a qualquer outra pessoa do concelho que se enquadre dentro dos critérios, dos regulamentos de apoios sociais, apoios habitacionais, apoios de mais diversa ordem, tal qual como outra entidade, no entanto eles estão organizados em associação. A



chamada Associação Profissionais Pesca de Albufeira, a quem a Câmara Municipal apoia todos os anos com uma verba que é pública, portanto, e às vezes com questões de apoios logísticos relativamente aos espaços que eles próprios detêm. Portanto, mais que isso, é difícil, é preciso é que a pesca seja apelativa para os jovens. Se depender da câmara, se encontrarmos uma forma de ajudar ou incentivar e a incrementar este tipo de atividades, as chamadas atividades primárias, portanto, seja de atividade da pesca, seja agricultura, com certeza que não devemos apenas só apoiar o turismo, deveremos apoiar qualquer outro tipo de atividades, assim encontremos o modelo, a forma de isso acontecer. Relativamente à Rua Coronel Águas, registei as questões do Ivo Laranjo sobre essa perigosidade dos carros em grandes velocidades, e este muro na Travessa da Paz, mas aí é um muro particular? Depois falamos nisso, é deixar-me aqui o número de telefone. Relativamente à habitação, para além da construção que temos previsto construir já sessenta e nove frações nas Fontainhas, mais trinta junto ao mercado dos Calços, temos também para entregar as últimas casas em Paderne, que já entregámos vinte e duas, salvo erro, falta dezoito, temos também para entregar dezassete apartamentos isolados que fomos compramos apartamentos em segunda mão ao longo destes últimos quatro e cinco anos, portanto, está aqui alguns para entregar, não é o suficiente de maneira nenhuma, aliás, o problema da habitação é um problema nacional, problema por um lado, não só para as pessoas que vêm para cá trabalhar, ou que gostariam de vir para cá trabalhar e depois não pode, uma das razões que não poderão vir é provavelmente a habitação e a habitação deverá ser aqui em conjugação com o Governo da República, encontrar aqui soluções que se adaptariam a cada concelho, porque cada concelho é uma realidade diferente do outro. Por exemplo, em França, qualquer obra grande que se desenvolva na cidade de Paris constrói logo ao lado o um edifício de uma construção provisória, não é uma construção definitiva, que será demolida ou desviada para outro lado, quando a obra acabar, temos o exemplo mais paradigmático Paris, que é a Catedral Notre Dame que ardeu, está em reconstrução e ao lado tem um edifício construído exclusivamente para os trabalhadores que estão a trabalhar na Catedral de Notre-Dame. É uma possível solução, não definitiva, obviamente, tem que se provisória, mas seria uma possível solução para alguns casos de trabalhadores, não quer dizer que seja para todos, podia ser uma solução no entanto isso não é possível, nós não podemos por contentores em sítios que não são de construção. Agora pergunto, se for para pôr um contentor ou pré-fabricados em sítios que são para



construção isso fica um balúrdio de dinheiro. Registei as questões da Rua Coronel Águas, como já disse, relativamente às questões do ruído, eu pedia se o Senhor Vice-Presidente podia aqui falar, como tem o pelouro do ruído, sobre o senhor Diogo que falou do ruído no bar na Avenida Sá Carneiro Norte, e a D. Fátima Gomes sobre o Hotel Júpiter.” ----

Vice-Presidente: “Boa noite a todos, o estabelecimento em causa, o “The Forest” tem uma proposta dos serviços para encerramento à meia-noite, está a ser analisado e, portanto, penso que na próxima reunião de câmara, irá à Câmara a indicação dos serviços para encerrar o estabelecimento à meia-noite, portanto, isso já está, os serviços já emanaram a informação, é uma situação que mais tarde ou mais cedo vai ficar resolvida. Relativamente à questão do Hotel Jupiter, nós temos conhecimento, já reuni várias vezes com a senhora, já foi também a reunião de Câmara, é uma situação que nós temos vindo a acompanhar, estranhamente, não tinha tido algum conhecimento que nos últimos tempos que tenha sido feito algum tipo de reclamação, que me tenha chegado a mim, pode ter havido alguma intervenção junto dos técnicos, mas efetivamente, junto de mim ainda não, mas vou efetivamente ver o que é que se está a passar, para tentar resolver a situação, tendo em conta que já é uma situação recorrente. Já foi apresentado em reunião de Câmara, nós estamos a acompanhar, inclusive, existiram várias intervenções por parte dos vereadores, preocupados sobretudo na altura do verão. Mas aquilo que me diz agora, terei que solicitar junto da engenheira Rossana, um relatório exaustivo sobre aquilo que está a acontecer, até porque é uma situação que vem do passado, desde dois mil e dezanove, nós tomamos posse em dois mil e vinte e um e, terei isso em conta e irei verificar o que é que se está a passar.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia tem um voto de pesar para apresentar.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, gostaria de apresentar aqui um voto de pesar pela morte do senhor Joaquim Vieira, que durante vários anos foi secretário da Junta de Freguesia da Guia, também durante um mandato e meio foi Presidente dessa mesma freguesia, foi sócio fundador do Guia Futebol Clube e sócio fundador também da Confraria do Frango da Guia, para além de mais ações de grande importância para a nossa freguesia. Iria propor aqui um minuto de silêncio em homenagem ao senhor Vieira.” -----

O Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----



Fez-se um minuto de silêncio. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, a comunidade sueca em Albufeira conta com centenas de pessoas. Esta comunidade tem sido um exemplo com muitas áreas para ajuda social que tem realizado pelo civismo e educação e cordialidade. Dezenas e dezenas deles se reúnem algumas vezes por semana a jogar petanca, entre risos, falas e jogo, passam horas a se divertir sem incomodar ninguém. A questão é que, assim como muitos franceses, holandeses, italianos e portugueses que amam e jogam petanca em Albufeira, eles têm que jogar em praças pública, em espaços incómodos, reduzidos e às vezes sujos e como o espaço é muitas vezes público, podem atrapalhar outras pessoas. Albufeira tem-se destacado para ser uma cidade muito atenciosa com o desporto e tem fomentado a prática desportiva, sobretudo juvenil. O último excelente exemplo disso foi a inauguração de uma rampa de skate ali no parque de Vale Faro, mas temos na cidade fartura de campos de basquete, futebol, padle, piscina, etc. Agora, como vocês sabem a petanca um jogo mais para idosos e reformados e tem muitos adeptos em Albufeira. Venho portanto pedir ao Presidente da Câmara, se seria interessante e útil levar em frente um projeto de realização de campos da petanca para toda a cidade." -----

Luna Silva: "Saúdo todos os presentes e cumprimento aqueles que nos vêm pela via Youtube. No dia dois de agosto de dois mil e vinte e dois, foi publicado um ajuste direto no site base.gov, contratação pública online, celebrado entre o município de Albufeira e a sociedade gestora exploradora de Hotéis e Resorts S.G.E.H.R. de aquisição de alojamento de artistas e músicos do espetáculo Amar Amália para quatro dias, no valor de nove mil duzentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos, ou seja, dois mil e quatrocentos euros por dia. No dia nove de outubro de dois mil e vinte e três foi publicado de novo no mesmo site outro ajuste direto celebrado entre o município de Albufeira em a mesma empresa de alojamento dos Djs Yves Larock, Mark Ursa, Diego Miranda, no âmbito do evento festival Albufeira Sound Sunset, para cinco dias no valor de três mil e seiscentos euros, ou seja, por dia setecentos e vinte euros. Sobre este último evento, o mesmo decorreu entre os dias oito, nove e dez de junho, três dias. A Câmara pagou cinco dias de alojamento. Eu começo por perguntar o porquê dos cinco dias? E onde é que estes artistas ficaram alojados para justificar estes valores tão altos? Ainda, eu gostava que o Senhor Presidente me esclarecer se o seguinte, quando a



Câmara Municipal contrata estes artistas, fica desde logo estabelecido contratualmente que a Câmara Municipal é responsável pelo pagamento das despesas, viagens, alimentação destes artistas? Ou não deveriam estas despesas ficar encarregue dos artistas, tendo em conta os valores já altos pagos a título de caché?" -----

Leonardo Paço: "Há cerca de dois meses foi aqui nesta Assembleia, depois de sete meses passados, dado uma resposta a uma questão que eu propus, e ainda hoje não sei se a resposta foi favorável ou não, mas o meu tempo, pelos vistos, continua a ser o mesmo. É a terceira assembleia depois disso, continuamos a ter um minuto para falar, enquanto outros têm quatro, cinco e por aí fora, portanto, parece-me que há um pouco de falta de vontade do senhor Presidente da Assembleia de resolver esta questão, já que foi ele o causador da mesma. Outra situação que eu trago aqui é a situação dos tablets, eu levantei o tablet erradamente, porque pensei que todos teríamos direito a tablet, todos os membros desta Assembleia. Como os membros desta Assembleia não têm todos direito a tablets e eu penso que todos devemos ter o tratamento igual, eu vou-lhe agora entregar o tablet, porque não acho justo ser entregue só a alguns." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, houve aqui na intervenção da JSD, e bate sempre na mesma coisa, elogiou a Câmara e o município de Albufeira e a Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, gostava de lembrar que o concelho tem mais freguesias e quando vamos elogiar alguma coisa que seja feita, devemos elogiar, neste caso a Câmara, devia de fazer mais atividades nas outras freguesias, só me vem dar razão naquilo que digo aqui na Assembleia há seis anos, portanto, mais uma vez ficou provado que o senhor Rui, chegou aqui e elogiou a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água pelos eventos que a Câmara faz. Venho mais uma vez pedir para que sejam todas as freguesias. Depois, ouvi o senhor Paolo Funassi falar em campos de petanca e que não são feitos. Convidava-o a ir à minha freguesia e ao Poço da Ataboeira, que está lá um campo de petanca, feito pela Freguesia de Ferreiras, poderá ir lá participar e até podemos fazer um joguinho entre os dois. Depois disto tudo que ouvi, estive aqui na apresentação do final do ano, e todos os anos digo a mesma coisa, não sei, mas se calhar ouvi mal, não sei qual será os eventos que irá ter a minha freguesia outra vez, se calhar só temos em Albufeira e Olhos de Água, para depois termos a JSD a elogiar. Já há seis anos que faço parte do executivo das Ferreiras e há seis anos que venho pedir o mesmo que é o final de ano em todas as freguesias. Este ano vamos ter fogo de artifício e um circo para animar a malta, já não ficamos mal. Depois,



ouvi nas últimas Assembleias que a estrada do Paraíso ia ter alcatrão, saiu nos jornais e nas revistas, mas eu continuo com os buracos lá na mesma e continuo a gastar aquele alcatrão solto para lá, senão as pessoas não conseguem passar. Ainda hoje ouvi aqui mais uma obra para Fontainhas, só oiço promessas e na realidade é que não aparecem. Penso que deveriam ter mais consideração pelas pessoas de Ferreiras e quando vem aqui algumas bancadas políticas é assim, nós quando ganhamos as eleições trabalhamos para todos, há só um partido, que são as pessoas, e as freguesias quando a Câmara ganha, são todas." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia traz-me aqui alguns temas, vou tentar ser o máximo sucinto possível. Um dos temas que me traz aqui é um resultado que saiu há relativamente pouco tempo, diz respeito ao anuário financeiro dos municípios, que classifica de numa posição de excelência o município de Albufeira. Eu acho que não devemos trazer aqui só coisas negativas, e quando as há, eu também tenho a humildade de as trazer e de reconhecer que poderia ter sido feito de outra maneira, mas eu acho que é realmente de realçar esta posição que o município de Albufeira ocupa no anuário financeiro dos municípios, que dentro dos municípios de média dimensão está muito bem colocado, salvo erro numa terceira posição. Isto revela efetivamente aquilo que é boa gestão deste executivo, o cuidado que há com a gestão dos fundos públicos. O outro assunto que me traz aqui diz respeito àquilo que é a nova lei de habitação, é uma lei que fere de morte o alojamento local, é uma lei de habitação que não vai de encontro daquilo que são os anseios das pessoas que têm os seus negócios já em velocidade de cruzeiro, e que nos traz uma série de novos itens, muitos deles, penso eu, de difícil execução. Eu gostaria de citar o artigo vinte e um desta nova lei de habitação, que foi publicado e que diz o seguinte: *no prazo de dois meses a contar da data da entrada em vigor da presente lei, os titulares do registo alojamento local são obrigados a efetuar prova mediante apresentação de declaração contributiva da manutenção da atividade de exploração comunicando efetivamente do exercício através da plataforma, ou através do balcão único. Agora, dois meses para os proprietários de alojamento local fazerem esta comunicação, não me parece que seja suficiente e acho que vai ser de grande dificuldade que isto aconteça, tendo por base até que grande maioria das pessoas que têm alojamento local até não reside no concelho e alguns estão no estrangeiro e, portanto, terá de ser feito através de procuração, isto vai gerar uma confusão enorme. Depois diz o número dois, também do mesmo artigo: *o incumprimento do disposto no número**



anterior implica o cancelamento dos respetivos registos por decisão do Presidente da Câmara Municipal, ou seja, o Governo, mais uma vez, empurra a decisão para os municípios e normalmente empurra sempre a fava do bolo, o brinde nunca. Empurra sempre a fava do bolo, e o que é certo é que, é mais uma dificuldade que os municípios portugueses terão de lidar com este assunto. Eu não queria deixar de realçar, isto é um pequeno exemplo, porque não tenho tempo para falar, mas é um pequeno exemplo de muitos exemplos. Tenham algum cuidado a ler esta nova lei, de muitos exemplos que podemos encontrar aqui absolutamente absurdos. Outro assunto que me traz aqui, é enaltecer aquilo que é a capacidade do município na divulgação da Albufeira no exterior, e a quantidade de eventos que realmente têm sido levados a cabo, tem efetivamente contribuído para aquilo que é a grande afluência de turismo que nós tivemos nesta época e que está à vista, estamos em final de outubro, e hoje enviaram-me uma fotografia da praia da Oura cheia de gente e enviaram-me uma fotografia da Marina cheia de gente. Nós circulamos e vemos que há muita gente na cidade e isto é fruto, naturalmente, de um trabalho que está a ser executado e desenvolvido. Uma palavra de apreço à Junta de Freguesia das Ferreiras, por aquilo que é um contacto que fiz, e que teve a ver com uma deservagem que estaria a ser realizada tecnicamente não de forma correta. Eu fiz o contato o senhor Presidente da Junta, que foi pronto a responder e a dizer-me que a situação seria devidamente corrigida e, portanto, tenha a hombridade também de aqui referir isso." -----

Presidente da Assembleia: "Só para lembrar o Senhor Deputado Carlos Quintino que, relativamente á questão que colocou, sobre o alojamento local, convém esclarecer que, quem autoriza o licenciamento do alojamento local é o senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo o mesmo Presidente que revoga ou cancela essa autorização, o que nem poderia ser de outra foram. Não seria lógico outra entidade a cancelar o licenciamento. O governo fez o que lhe competia, agora cabe ao município fazer a sua parte.-----

Silvia Dias: "Boa noite, a bancada do Partido Socialista não sabe só criticar, em primeiro lugar, vou dizer e com muito orgulho, dar os parabéns e felicitar um albufeirense residente na freguesia da Guia, Ricardo Teodósio e o seu copiloto, José Teixeira, residente em Lagoa, que conquistou o título de campeão nacional nos ralis, no passado dia catorze de outubro. Tive a felicidade da Junta de Freguesia, e de estar também em contacto com o piloto, de felicitá-lo por esse campeão puder levar a nossa terra lés-a-lés, elevar o nosso nome, por isso, isto já foi um efeito pela terceira vez, acho que o



município pedia também realçar aqui este grande piloto que temos no concelho, visto sermos uma futura capital do desporto. Outra questão que queria aqui levantar, no dia dezanove do doze de dois mil e vinte e dois, mesmo nesta assembleia, dei a sugestão de substituir o cabaz de Natal, apresentando esta bendita sugestão com um voucher cheque e que podia ser descontado no comércio local. Esta sugestão foi apresentada por várias razões, porque muitas pessoas têm hábitos alimentares diferentes, outras por questões de saúde, e que não consomem o que muitas vezes vem no cabaz. E bem sabemos que os funcionários seja de qualquer entidade, é a base fundamental do bom desenvolvimento, por isso, acho que era bom de repensarmos sobre essa situação. Na altura, o Senhor Presidente respondeu que ainda faltava muito tempo, que estávamos a dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois. Por isso, agora estamos no final de outubro, gostaria de saber se ponderou a sugestão. Muito obrigada." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, queria só dar uma nota rapidíssima, sobre as atividades que a Freguesia de Albufeira e Olhos de Água desenvolve. Todas elas são pagas na íntegra pela Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. A câmara dá-nos o apoio logístico quando é solicitado, nomeadamente na questão das licenças, licenças de ruído e outras e a sua respetiva isenção de pagamento. De resto, nós assumimos tudo aquilo com que nos comprometemos, como já foi dito aqui, e ainda bem que sabem o que é que nós andamos a fazer, com os workshops, com encontros temáticos, etc. Eu queria só dizer uma coisa, a Câmara tem, as suas atividades, essas atividades são suportadas, dinamizadas pela Câmara Municipal. A Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água tem outras atividades, que são única e exclusivamente suportadas economicamente por nós." -----

Carla Madeira: "Muito boa noite a todos, dando continuidade aqui esta onda de elogios, o meu vai para o Padernense e vai para as pessoas que, neste momento, estão focadas no futebol de formação. Eu, o ano passado vim aqui, já no final da época, fazer um apelo ao executivo. Este ano venho aqui, no início da época dizer que, há quatro anos tínhamos lá dez mini atletas, hoje temos perto de oitenta, e eles precisam muito do apoio da Câmara no que diz respeito ao transporte. Temos jogos por todo o Algarve, este ano já temos dois escalões a competir e é necessário realmente apoio, porque existe até pais que têm, por exemplo, dois filhos em idades diferentes, em escalões diferentes e que não se podem dividir entre Vila Real de Santo António, Salir, Odeceixe, etc. O meu apelo vai



para que se tenha em consideração esse fator, até porque acho que havia um autocarro para ser entregue ao Padernense e que ainda não foi, acho eu.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite, gostaria de dar alguma resposta ao nosso deputado Carlos Quintino, a propósito do anuário financeiro, porque tem muitas leituras e porque o PSD penso que tem de resolver aqui uma contradição, que são os impostos do Governo a nível nacional, são maus, os impostos cobrados pela autarquia são bons. Temos de resolver isto, porque se formos ao mesmo anuário financeiro no quadro R6, diz: *municípios que apresentaram maior valor de receita fiscal*. Em décimo primeiro lugar Albufeira, com cinquenta e sete milhões. No quadro R11 diz: *municípios com maior receita cobrada e IMT*, Albufeira em nono lugar. Em dois mil e doze, o IMT era qualquer coisa como cinco virgula seis milhões e em dois mil e vinte e dois foram trinta e quatro milhões e meio. Foram só trinta e cinco por cento sobre dois mil e vinte e um de IMT. Bom, que eu saiba isto é um imposto sobre a habitação, é pago por quem compra habitação. Depois temos no quadro R29: *municípios com maior volume de despesa em aquisição de bens e serviços*, Albufeira está em nono lugar, bens e serviços e que subiu em relação ao ano anterior nove por cento com trinta e sete milhões. Depois temos o quadro R31: *municípios com maior volume de investimento pago*. Investimento, Albufeira não aparece nos primeiros trinta e cinco no investimento, e reduziu cinquenta por cento face a dois mil e vinte e um. E já agora, para terminar, no quadro R42 diz: *municípios com maior volume de orçamento inicial* e Albufeira aparece é trigésimo com oitenta e dois milhões de orçamento inicial. E municípios com maior volume de valor de dívida a receber pela câmara, Albufeira em vigésimo segundo com trinta e dois milhões a receber. E no quadro R69.1 diz: *municípios com maior índice de impostos diretos por habitante*, Albufeira tem por habitante o índice de impostos recolhidos mil duzentos e vinte euros e a média nacional são duzentos e setenta e um euros. Repare-se a diferença. Claro que é isto que permite e ainda bem que isto acontece, agora temos é que dizer que, afinal, os impostos também são bons, não é? Porque é o que nos permite que Albufeira tenha um orçamento de noventa milhões para quarenta e cinco mil habitantes e que Faro tenha sessenta milhões para sessenta mil habitantes, e que Portimão tenha sessenta e sete mil habitantes com sessenta milhões de orçamento, ou seja, Albufeira tem o dobro para quarenta e cinco mil habitantes, tem noventa milhões. Isto quer dizer o quê? Ainda bem que há dinheiro, agora, penso que poderíamos ter uma gestão melhor, podíamos ter um concelho muito mais afinado, muito mais em condições de podermos, eu diria não vir aqui



dizer que o Governo a nível nacional aumenta impostos quando os impostos da autarquia também são impostos." -----

Rui Serôdio: "Boa noite a todos, em relação à intervenção do senhor Domingos Coelho, os impostos do município estão nos mínimos, há anos enquanto no Governo, cada vez mais estão nos máximos. Cada ano que passa, aumentam muito mais impostos, com malabarismos e ilusionismos, como agora a baixa do IRS a mil milhões, mas impostos indiretos vão aumentar, dois ponto sete mil milhões, portanto, são essas situações que o senhor Domingos Coelho gostava que fosse mais sincero em relação a isso. A minha questão que se mete aqui, tem a ver com o menos habitação, que desde que saiu a medida da Lei cinquenta e seis, cada vez há menos casas para arrendamento e o cancelamento de obras e de construção de casas a nível nacional. Com uma agravante, criaram o bode expiatório do alojamento local, atividade esta que é a base da economia do concelho há décadas, há décadas e que tente o PS por embirração com o alojamento local, sempre fez tudo para acabar com o alojamento local, o aumento das taxas e taxinhas, os obstáculos que criou, sempre foi um método do Partido Socialista acabar com o alojamento local, portanto, que assuma esta responsabilidade perante os albufeirenses e os algarvios, que o alojamento local é para acabar com o governo do Partido Socialista, é só isso." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, na sequência da nossa intervenção na última Assembleia, gostaria de saber o ponto da situação relativamente ao concurso das cinquenta vagas para os assistentes operacionais para os estabelecimentos de ensino, em que fase está e quando entram ao serviço? Não podemos deixar de dizer, Senhor Presidente, que o ano letivo já se iniciou há um mês e meio e, que não foram acauteladas atempadamente as condições físicas e humanas necessárias para que o ano letivo se iniciasse em pleno. Mais uma vez, notamos falta de articulação entre o município e os agrupamentos de escola, não salvaguardando o direito dos alunos a uma escola digna. Segunda questão, Senhor Presidente, recordamos que há cerca de um ano e meio prometeu que iria normalizar os atrasos relacionados com a apreciação de processos de obras particulares e temos conhecimento que tal não aconteceu, pois sabemos que há investidores que estão a investir os seus projetos noutros concelhos, devido à demora dos serviços em Albufeira. Diga-nos o que tem sido feito e que estratégias têm sido adotadas para minimizar estes atrasos?" -----



Carla Vieira: "Muito boa noite a todos, a minha intervenção hoje vai ser um bocadinho extensa, dentro do período e do tempo que tenho disponível, e a primeira questão prende-se com o equipamento tablet que gostávamos de ver esclarecidas. Primeiro, quando é que foi decidido entregar este equipamento, a cada líder de bancada? Quem decidiu, quem foi consultado sobre esta intenção? E qual o principal objetivo desta entrega, e quem os teve? Porque, na verdade, a bancada do Albufeira Prometida não foi informada previamente, nem consultada para se pronunciar sobre este assunto. A segunda questão, tem a ver com o Anuário dos Municípios Portugueses em dois mil e vinte e dois. É um documento financeiro extenso, naturalmente que exige um conhecimento técnico exaustivo e profundo, no entanto, temos também de esclarecer os munícipes que Albufeira não está tão bem quanto parece, nem é tão vítima quanto parece ser. De referir que Albufeira aparece em sétimo lugar do ranking nacional em dois mil e vinte e dois, nos municípios que apresentam maior peso de receitas provenientes de receita fiscal, no total da receita cobrada, sendo este valor o maior valor desde dois mil e catorze, este valor é superior ao verificado nos municípios como Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Sintra, Coimbra, Aveiro, por exemplo. Albufeira é uma autêntica máquina de receita fiscal, no que concerne aos municípios que, em dois mil e vinte e dois, apresentaram maior valor de receita fiscal, valor absoluto, Albufeira aparece em décimo primeiro lugar com valor de cinquenta e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil duzentos e oitenta e dois euros, valor mais alto de sempre, ou seja, nunca se cobrou tantos impostos em Albufeira como em dois mil e vinte e dois, sendo este valor absoluto, ou seja, só dez municípios de Portugal cobram mais impostos do que Albufeira, sendo apenas um destes, Loulé, e que não é um município de grande dimensão. Para termos uma noção, municípios como Braga, Coimbra, Funchal, Maia, Guimarães, Aveiro, municípios maiores e com maior população e alguns com muito turismo não cobram tantas taxas como Albufeira, isto vem de encontro ao que temos vindo a afirmar há muito tempo. Albufeira não necessita de aumentar impostos para obter mais receita. A receita é suficiente. A gestão e planeamento dos executivos que têm gerido a Câmara nos últimos vinte e cinco anos é que tem sido fraca. Relativamente aos municípios com maior receita cobrada de IMT em dois mil e vinte e dois e o respetivo peso na receita total, Albufeira aparece no nono lugar com um valor absoluto de trinta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e nove cêntimos, o que equivale a trinta e cinco virgula quatro por cento da receita total, isto significa que, em cada cem euros de receita obtida



pelo município de Albufeira, cerca de trinta e quatro euros advém da receita de IMT, que é um imposto muito volátil e que pode alterar a qualquer momento, dependendo muita conjuntura económica, financeira e social existente. Por isso, deixamos aqui um conselho e um aviso, é muito perigoso basear a nossa estratégia na receita proveniente deste imposto, ainda mais agora com o aumento consistente e duradouro das taxas de juro. Por último, no que concerne municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços decorrentes em dois mil e vinte e dois, Albufeira aparece no quarto lugar do ranking com um valor absoluto de vinte e um milhões novecentos e sessenta e oito mil quinhentos e trinta e sete euros, à frente de municípios de grande dimensão como o Porto, Vila Nova de Gaia, Cascais, Oeiras, Matosinhos, Sintra. Como se pode comprovar, não é por falta de receita de impostos ou venda de bens e serviços que a Albufeira não avança e cresce mais. É curioso que houve aqui três intervenções com visões diferentes sobre o mesmo assunto, no entanto, uma coisa é certa, há muita falta de investimento e há muita carência, e agradeço que não se riam, porque estamos a falar aqui de coisas sérias, há muita carência e falta de investimento nos serviços básicos e nas áreas básicas do nosso município. Por último, não posso deixar de manifestar aqui a minha solidariedade para com uma munícipe, que veio aqui falar sobre o problema que, pelo menos há quatro anos está a viver do ruído. Foram evidente a comoção e o desespero desta munícipe que não é assunto novo nesta Assembleia e, pelos vistos, não é assunto novo para o executivo, porque há quatro anos que a senhora se anda a queixar e o problema não está resolvido. Recordo que houve outro munícipe que vive na zona, salvo erro da Marina que também vem aqui à Assembleia se queixar, efetivamente, recomendamos que haja um especial cuidado pelo zelo e bem-estar dos nossos munícipes." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, tendo ouvido o que se tem dito aqui, eu quis começar esta abordagem por olhar para a ordem de trabalhos que nos traz aqui hoje, entre os dezassete pontos que consta esta ordem de trabalhos, catorze deles incidem sobre a economia, o lado social e a cultura. Aqui muitas vezes se tem dito que os investimentos nestas áreas e a preocupação deste executivo é pouca neste sentido, mas a própria ordem de trabalhos que nos é entregue aqui pela Mesa, tem estes dezassete pontos, dos quais destaco nove mais quatro, ligados à economia e ao interesse social e aqui está também um da cultura. Falo aqui de grande sensibilidade deste executivo para com a sua população, para com os munícipes deste concelho e quero aqui realçar, foi aqui dito que, os impostos aqui são muitos, mas que não se faz nada. Afinal, os impostos aqui estão a



zero por cento, o limite a zero por cento às taxas, as derramas, etc, a zero por cento, mesmo assim, é a Câmara Municipal aqui acusada de ter grande encaixe de impostos. Claro que Albufeira, como todos sabemos, porque é a capital do Turismo do Algarve e porque atrai realmente investimentos, tem sempre um grande fluxo de IMT que não é assim tão volátil, atualmente aqui. Isso pode ser discutível. O facto é que nós ainda bem, e é de termos, os parabéns como concelho que encaixamos tanto dinheiro em impostos, impostos que não estão a incidir diretamente no cidadão, porque aqueles que ensinam um cidadão como é o IMI, esses a taxa está aqui, zero virgula três, o mínimo possível e os outros estão a zero por cento. De modo que, isto só mostra o lado humanista deste executivo. Por outro lado, não quero deixar aqui de realçar que também a esse lado humanista se estende aos vendedores ambulantes, aos artesãos, à existência próxima de um radar social que nos vai possibilitar fazer um levantamento daqueles que ficaram para trás, porque este concelho não quer deixar ninguém para trás e também, enfim, uma palavra para a cultura, porque a música clássica muito bem-vinda a este concelho."

André Lima: "Boa noite a todos, primeiro quero enaltecer a coragem da JSD a ir contra o mantra do PSD e dos amigos, que Albufeira é um destino seguro, parabéns. Referir também que o representante da JSD que falou aqui e cito, referiu que "a cultura é pouco projetada". Concordo plenamente, este tem sido um tema que recorrentemente trago à Assembleia, e agradeço o reforço, esperando que este alerta dos jovens do vosso partido, faça acordar o executivo para este tema. Aproveito e faço um apelo à JSD, para que na próxima Assembleia venha cá pedir bilheteira online para os eventos no auditório organizados pelo município, e continuo à espera que me seja enviado o tal documento orientador da política cultural do município. Último ponto, uma questão rápida, na apresentação das festividades de final de ano, foi apresentado um valor de oitocentos mil euros, tendo em conta que o Presidente confirmou aqui há uns meses que na última se gastou um milhão, podemos dizer que esta passagem de ano vai sair mais barata do que a anterior?" -----

Domingos Coelho: "Ainda em relação à intervenção do nosso amigo e deputado Rui Serôdio, dizer que não é uma questão de sinceridade, é uma questão de números, o que eu disse aqui foram números, e remeti para respetivos quadros, portanto, não é uma questão de sinceridade. Por outro lado, lembrar que há dois anos não foram oposição e o executivo estava pronto para aumentar impostos, se bem me lembro. E o IUC, que muito se fala que vai aumentar reverte a favor de quem? Da autarquia, eu diria que é o



corpo do Governo que dá às balas, mas quem recebe é a autarquia. Gostava aqui de remeter para uma outra situação mais, do nosso dia a dia, tem a ver com, praticamente uma semana que mais um pouco, que assistíamos a uma cheia. Claro que não à cheia como a de há sete anos atrás, a um de novembro de dois mil e quinze, mas a sensação com que ficamos foi, se o volume de chuva fosse tal como há sete anos, a inundação seria basicamente igual, ou seja, a ideia que fica   que cada vez que há uma intervenção os problemas parece que não se resolvem. Primeiro foi com o Polis, a intervenção foi feita e ficou pior. Depois iniciou-se este plano de drenagem de Albufeira, fez-se obras na Rua Travessa Alves Correia e na Rua Cândido Reis e agora o problema manteve-se. A minha pergunta  : e porquê? As bombas que estão colocadas junto à Praia dos Pescadores não funcionaram? Porque o que me parece   que essa obra ficou incompleta." -----

Dário Pereira: "Boa noite, gostei de ver aqui a bancada do PS elogiar a nossa JSD de Albufeira, fico extremamente agradecido,   uma juventude ativa em Albufeira e há de continuar ativa, porque acho que tudo são bons jovens, caras conhecidas, famílias de Albufeira. Pegando nas palavras deles, senhor Presidente, mais uma vez, vem realçar o meu pedido, e o pedido de todos, e dos nossos jovens ajude-nos a arranjar casa, resolva o problema do PDM em Albufeira, eu acho que isso é um dos problemas principais em Albufeira, a saúde, a educação, essas situações todas. Venho aqui pedir encarecidamente, eu sei que está a trabalhar nisso afincadamente, mas eu venho sempre reforçar aqui este pedido, que é bom para todos. E obrigado à bancada do PS por nos enaltecer a nossa JSD de Albufeira." -----

Carla Vieira: "Bom, efetivamente, com tanta independência financeira, a verdade é que foi pedido um empréstimo, dezassete milhões de euros, que se vão pagar s  de juros, oito milhões e pode-se falar no que se quiser, mas expliquem l  então aqui aos m nicipes e à Assembleia, naturalmente, que investimentos é que foram realizados na saúde na habitação? O que é que está a ser feito? Porque a verdade é que nos últimos vinte e dois anos apenas construíram quarenta fogos." -----

Raul Ferreira: "Os meus cumprimentos, efetivamente, sendo eu independente, estou aqui a assistir realmente a uma disputa entre o PS e PSD que, de alguma forma, me deixa feliz por ver tanta atividade e tanta dinâmica em ambos os partidos. Relativamente aos impostos, eu gostava que o IMT fosse mais alto em Albufeira, sinceramente. E penso que se a Câmara Municipal funcionasse bem, os serviç os, se calhar, ainda tínhamos uma receita maior e era de salutar. Que essa receita permite investimentos nas áreas que



são necessárias desenvolver no nosso concelho. Eu digo, mais do que preocupado com o montante de impostos, preocupo-me com a gestão da receita desses impostos. Acho que isso é o verdadeiro problema, e a verdadeira questão que devemos debater aqui e de alguma forma, contribuir para que haja efetivamente um aproveitamento eficaz dessas receitas. Não sou muito de ver televisão, mas hoje estive a assistir à discussão do Orçamento e realmente houve um ponto que me causou algum pessimismo para o futuro, como sabemos, houve transferência de competências do Governo Central para as autarquias, em diversas áreas e este ano na proposta de orçamento que possivelmente vai ser aprovado, não tenho dúvidas quanto a isso, há um aumento de receita de três por cento para as autarquias por conta dessas transferências de responsabilidades, mas existe um outro problema, é que as autarquias vão gastar mais cerca de treze por cento, para satisfazer as necessidades das populações nessa transferência de competências. A questão que eu coloco aqui ao Senhor Presidente da Câmara é se, a Câmara vai ter saúde financeira para satisfazer as necessidades dos albufeirenses nessas áreas e se tem encaixe financeiro para garantir os serviços que, desta vez, foram transferidos para a autarquia." -----

Carlos Quintino: "Caríssimo Assembleia, eu também gostava que o IMT fosse mais elevado, aliás eu só acho que o IMT é elevado dessa forma, porque é sinal do bom trabalho que os executivos anteriores e este têm vindo a desenvolver, porque ninguém compra em Albufeira se Albufeira não for aprazível. Isso é absolutamente facto, ninguém compra em Albufeira se não for aprazível, se não tiver condições para receber as pessoas ninguém vem para aqui. Portanto, pensem nisto. Em relação aquilo que é a questão dos impostos, como é que o executivo baixa impostos? Está tudo no mínimo, a própria legislação não permite baixar mais, baixar o quê? O que é que o executivo baixa? É que é fácil falar, mas o executivo vai baixar o quê? Se está tudo no mínimo. Dizem que se "está no mínimo, mas mesmo assim cobra muito impostos", é bom sinal. É sinal que a economia de Albufeira mexe, é sinal de que a economia de Albufeira é dinâmica, é sinal que muita gente quer investir em Albufeira. E digo-vos mais, tudo o que são impostos que revertam a favor de Albufeira pelo lado positivo e daquilo que é qualidade da sua população, eu defendo esses impostos, eu defendo claramente uma taxa turística, claramente, de forma objetiva, desde que essa taxa turística seja devidamente aplicada, a favor da população de Albufeira, portanto, os impostos não são um bicho papão, têm é



que ser definidos à partida, onde é que vão ser aplicados e como é que vão ser aplicados. Ao contrário do Governo do Partido Socialista, que dispara em todas as direções.” -----
Presidente da Câmara: “Muito obrigado pelas questões colocadas, foram quinze intervenções, portanto, dentro delas se escapar alguma peça desculpa. Relativamente ao senhor Paolo Funassi, que sugeriu a construção de campos de jogos de petancas, já teve resposta do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, que tem lá um campo na Ataboeira. Evidentemente que isto é um jogo por acaso, pensava que não eram os suecos os principais praticantes, pensava que era um jogo de origem francesa, mas, independentemente disso, também acho que é um jogo interessante para as classes mais idosas, portanto, acho que é de registar essa pretensão e vamos ver como é que isso irá funcionar. Relativamente à questão da deputada Luna Silva sobre as questões dos alojamentos dos artistas em dois momentos metros diferentes, o que está previsto normalmente nos artistas, quer no alojamento, quer na refeição, é uma quantia à parte dos seus honorários, mas é da responsabilidade, digamos, do cliente. Depois, é uma questão do sítio onde vai ser alugado, evidentemente, que há muitos sítios em Albufeira e, aliás, estamos a preparar um concurso público precisamente para evitar estas dúvidas, se seria num lado ou se seria noutro. Depois concorrem publicamente, não quer dizer que se ganhe mais com isso ou não, o que é certo é que, pelo menos é diferente, dá oportunidade também a outros, mas normalmente a estratégia, já há muitos anos desta Câmara Municipal, é não ser apenas num sítio, mas em vários locais que se vão distribuindo por uma grande parte do concelho. O Presidente da Junta, Jorge do Carmo falou aqui nas Ferreiras, que não há investimento, eu vou repetir, se calhar terceira, quarta, quinta vez, sobre o final do ano, com certeza que saiu antes de ter sido anunciado uma atividade por alturas do Natal e final do ano, nessa quadra natalícia, vai haver uma atividade em Ferreiras, provavelmente saiu antes e ouviu. Depois explicarei qual é a atividade para lá. Em relação à Rua do Paraíso, ninguém anda aqui a prometer coisas, e a dizer coisas que não são verdade. Agora vou dizer aqui um rol de obras, que estão praticamente a começar e já lhe vou dizer qual é o estado em que cada uma está, a Estrada do Paraíso, por acaso chegou hoje um pedido do Tribunal de Contas para responder a três ou quatro questões vão ser agora respondidas e, como sabe, o tempo depois só começa a contar quando chegar lá novamente a resposta, e mais tarde é que poderá vir o visto. Quando começar o visto, com certeza que a obra irá começar. O Lar dos das Fontainhas está precisamente na mesma situação. Temos agora um rol de



questões que são mais que a Estrada do Paraíso, para responder, que também é uma obra muito maior, uma obra de sete ou oito milhões de euros, isto é para dizer também e responde aquela questão de dizer que não se faz investimento neste concelho. Mas um dia destes, hei de mostrar por escrito, escrito e se calhar, com tecnologia dos tais PowerPoints, o que já se investiu nestes sete, oito anos atrás, só para terem a noção de que se diz aqui coisas que não corresponde à verdade. Aqui as verdades não são relativas, as verdades absolutas. Largo das Fontainhas, como disse está na mesma situação, está para ser respondido ao Tribunal de Contas, já veio há uns dias, está a ser preparada pelos serviços, porque em simultâneo com o Lar das Fontainhas, temos a Unidade de Cuidados Continuados que é para ser construída na Guia, que também está em fase de resposta ao Tribunal de Contas. Portanto, estas três obras que eu já disse, Estrada do Paraíso, Lar das Fontainhas e Unidade de Cuidados Continuados que é na Guia, estão em fase de resposta ao Tribunal de Contas. A habitação em Fontainhas, os sessenta e nove fogos de habitação tem o parecer favorável já das Infraestruturas de Portugal, portanto, parecer favorável condicionado e ainda há dias falei com o Senhor Presidente da IP, porque eles estão a condicionar o parecer favorável, por causa da água, que eles chamam de cheia centenária, que é, a linha férrea quando foi construída ninguém reparou ou ninguém viu que foi construída numa linha de água, portanto, eles é que deveriam fazer agora a passagem de água por baixo da linha, eram eles que deveriam fazer, aliás foi isso que eu lhes disse, é isso que está a condicionar. Depois temos a estrada do Largo da Nora, que está à porta de avançar com estas duas obras, que são obras que também bastante falta fazem. O deputado Carlos Quintino falou no alojamento local, quero chamar a atenção e quero dizer-vos que, da parte que me toca, irei tudo fazer, irei mesmo até ao limite, para que realmente isto não seja um desastre, porque isto pode vir a ser um desastre, se aligeirmos um pouco estas situações vão ser um desastre, desde logo essa questão dos dois meses, isso é uma situação altamente complexa. Ainda hoje fiz uma reunião com os serviços de Urbanismo da Câmara Municipal, onde estabelecemos algumas etapas para se fazer, fala na Carta Municipal de Habitação, não é na Estratégia, é na Carta Municipal de Habitação que é outra coisa completamente diferente. É um documento mais abrangente. A AHRESP e a ALEP, estão a desenvolver estudos no sentido de intervir ainda junto do Governo, no sentido de alguma destas alterações, até ao fim da próxima semana tenha promessa da ALEP para fazer uma reunião com eles no mesmo sentido de esclarecer algumas dúvidas que tenho. Ninguém pense que alguém que



deixe o alojamento local, vai entregar a habitação para alugar. Vai ser novamente aquilo que era em Albufeira há uns anos, não sei se se recordam, sempre houve problemas de habitação essa é a primeira. Ainda hoje falei nesse exemplo, eu lembro-me de estar na Escola Secundária, quando os professores chegavam aí, e tinha de dar trabalho de verão a partir do fim de maio, meados de junho, não podia dar tarefas de férias, porque eles não tinham habitação para estar cá. Eu lembro-me de um colega nosso, que as duas primeiras noites teve de dormir junto dos caixões de uma determinada funerária de Albufeira, não tinha habitação, havia muitos que tinham de ir para o parque de campismo, também não tinham habitação, isto é verdade, isto é uma realidade, havia muita gente que alugavam os quartos só até ao dia trinta e um de maio. E porquê? Porque a seguir vinha o turismo, lá está, isto está-se a passar há trinta ou quarenta anos, a situação é a mesma. Só que agora há muito mais gente em Albufeira, vem muito mais gente para Albufeira, é preciso ver isso. Ainda bem que nós recebemos, não cobramos, recebemos muito IMT, é diferente de cobrar, não cobramos impostos a ninguém, neste momento temos derrama zero, temos o IMI nas taxas mais baixas possíveis, conforme o Código do IMI, temos o IRS, devolvemos o máximo dos máximos, cinco por cento aos municípios, é o máximo, não podemos devolver mais que isto, portanto, nós estamos a cobrar o menos possível. Agora receber muito IMT, que é muito volátil? É, não haja dúvidas, depende da contingência económica da envolvência, mas uma coisa é certa, é bom sinal, é sinal de que as pessoas procuram Albufeira. É sinal de que as pessoas querem cá comprar casas, e que os estrangeiros compram cá casas de seis milhões e de três milhões e de quatro milhões. É bom que isso aconteça. Portanto, quando se diz que há um quadro que fala na questão das despesas em bens e serviços, é bom sinal que depende dos bens e serviços que temos aqui, eu recordo que os nossos alunos do primeiro ciclo e Jardim de Infância não pagam refeições. Recordo que os nossos alunos não pagam transportes escolares no transporte municipal, recordo uma série de coisas que isso não deixando de ser investimentos, é, porque não podemos confundir aquilo que era o investimento antigamente, que era apenas investimentos materiais, estes não são materiais, mas são virtuais, ninguém os vê, mas eles estão lá, são investimentos na mesma, portanto, não é só o cimento, alcatrão, o ferro. Se nós temos aqui, mil duzentos e vinte euros por pessoa é sinal que temos relativamente pouca gente, mas temos pouca gente para o bem e para o mal, porque nós muitas vezes recebemos de acordo com o número de eleitores, até muitas coisas que estão na Lei das Finanças Locais é em função dos eleitores, e os nossos



eleitores são muito poucos. Agora pergunto qual é a dos concelhos mais difíceis de gerir? É este, porque passa de quarenta e quatro mil pessoas, que é o que diz a lei, e os eleitores são menos, naturalmente, passa para quatrocentas, quinhentas mil pessoas durante dois ou três meses, isto é difícil, temos de ter tudo pronto, tudo preparado para dar resposta a esta gente toda e, no entanto, não vi assim grandes problemas, graças a Deus. A Mónica Félix falou nos cinquenta lugares para operacionais nas escolas, já está a ser tratado. Estão abertos cinquenta, não quer dizer que entrem logo cinquenta. Relativamente à questão das obras particulares, já alguma coisa foi feita, foi feita uma proposta na reunião de Câmara, para agilizar determinado tipo de processos, para simplificação. Têm estado a melhorar, não de uma forma que seria o ideal, mas tem estado a melhorar razoavelmente, esperando que continue e que melhore ainda mais e que tenhamos dentro de pouco tempo tudo em dia. A Carla Vieira, falou aqui no anuário, a receita fiscal, ainda bem que recebemos receita fiscal, porque é fundamentalmente a parte do IMT. Quando se diz falta de investimento, não é verdade, venda de bens e serviços, ainda bem que somos dos municípios que vende mais serviços, porquê? Bens e serviços que está aqui, a venda da água, é uma venda de um bem e porquê? Porque nos meses de verão, em que há cá muita gente, há muitos consumidores e há muito consumo de água, logo temos de vender água. O André Lima insiste, insiste, insiste, insiste até que um dia, "o cantor vai tanta vez à fonte que há de partir", eu convido-o uma vez mais, a ver, a consultar a agenda mensal, e fazer uma análise de conteúdo, para ver o que é que para lá esta. Sobre a passagem de ano, nos oitocentos mil euros apenas indicativo, não é claro, pode não ser oitocentos mil euros, depois logo farei as contas. Sobre o Domingos Coelho, não está acabada a obra da elevatória, falta fazer uma ligação ainda, é verdade, agora neste empréstimo que está previsto vai ser feita, a Avenida do Ténis, que é o coletor de meia encosta nascente, a Rua do MFA vai ter. Carla Vieira falou nos investimentos da saúde e da habitação. Sobre a habitação, já falei aqui várias vezes sobre isso, e a saúde, estamos a fazer a candidatura à alteração, também há pouco tempo que temos as competências, portanto, não podíamos fazer grandes investimentos, apesar de termos feito. Eu recordo que, quem comprou para os profissionais de saúde, para a Guarda Nacional Republicana, para as escolas, para toda a gente do erário público, máscaras e desinfetantes, nos dois anos e tal pandemia foi a Câmara Municipal. Isso que eu saiba também é saúde, vacinação gratuita também foi a Câmara, portanto, enfim, já desenvolveu ainda que não era nesta altura, obrigada formalmente. As competências da



saúde foram apenas a partir de um de abril deste ano. Portanto, isto também responde quando se fala na transferência de competências, o deputado Raúl Ferreira, que passa uma percentagem de três por cento para as câmaras, mas isso tem a ver com este ano, que estamos agora a terminar, as competências não apanharam o ano inteiro, para o ano já vão apanhar o ano inteiro, já vai haver mais e esse aumento é um aumento relativo. O deputado Carlos Quintino levantou a situação da taxa turística, é uma taxa, não é um imposto, no país em certos municípios há taxas turísticas, é uma taxa que é merecedora desde que enquadrada desde devidamente acautelada as isenções que poderá ter na época baixa, as crianças, as pessoas que vêm eventualmente para cá por motivos de saúde, isso é possível verificar-se, acho que é importante haver isenções nesses campos. Agora, evidentemente que a taxa turística não pode ser utilizada, tem de estar logo no regulamento que sair da taxa turística, tem que haver logo qual é a aplicação que a taxa turística tem que ter. Vou a qualquer cidade da Europa e pago taxa turista, independentemente do valor que seja. A Grécia há três ou quatro anos estive uma noite em Atenas e paguei três euros e cinquenta cêntimos. Aqui temos de avançar para isso, não há outra hipótese, aliás, o Algarve recomendou a nível da AMAL, as regras com que se devia enquadrar a taxa turística e neste momento só há dois municípios que já estão a cobrá-la, Vila Real de Santo António há muitos anos, e Faro há sensivelmente um ano. Penso que mais nenhuma, Portimão também está para começar, Loulé também, e vamos praticamente todos nesse sentido, agora tem de ser é aplicada, em questões que digam direta ou indiretamente relacionadas com o turismo, e há muita coisa que está relacionada com o turismo, não é só a promoção turística, não é só festas, como algumas pessoas costumam dizer agora, evidentemente que a promoção turística tem que ser feita, porque se a promoção turística não for feita, podem ter a certeza que deixamos os outros a caminhar para a frente e nós ficamos parados, não pode ser. Nós temos é de conjugar aqui os investimentos e os valores pagos em cada sítio, saúde, educação, habitação, claro que são situações extremamente importantes, agora não tem de ser só, temos de fazer outras coisas para além disso." -----

Presidente da Assembleia: "Queria responder ao senhor deputado Leonardo Paço relativamente à questão que colocou. Penso que o senhor deputado esteve cá na Assembleia em que foi discutido o assunto que diz respeito, e sabe exatamente o que aconteceu. Foi feita uma proposta, por várias forças políticas desta assembleia, e na sequência da mesma, foi-lhe feita uma pergunta, o senhor não respondeu. Acresce que



por parte de uma deputada municipal de um dos grupos desta Assembleia, foi referida a necessidade de se constituir um grupo de trabalho para alterar o Regimento. De imediato se notificou os grupos municipais para indicarem os elementos para constituir o grupo. Estamos a aguardar que algumas forças políticas indiquem os elementos para o grupo de trabalho. Escusa de estar a rir, é a verdade, basta perguntar aos grupos municipais. Assim, que logo que os membros sejam indicados, o grupo de trabalho será constituído, reunirá e apresentará uma proposta à assembleia para deliberar sobre a questão que lhe foi colocada e o senhor não respondeu.-----

Luna Silva: "Senhor Presidente, fiquei com dúvidas relativamente a quem é que fica responsável pelo pagamento, porque inicialmente referiu que a quantia ficava à parte do valor a ser pago em honorários, mas depois também disse que os artistas é que estavam encarregues pelo pagamento alojamento. E o segundo ponto, eu não poderia vir aqui também falar sobre esta questão dos impostos e gostava de relembrar ali à bancada do PSD, que este executivo este ano arrecadou trinta e seis milhões de euros resultantes de IMT, a grande parte do bolo, aliás, a fatia maior do bolo não foi para habitação, nem para educação nem para saúde, meus caros, foi para a rubrica outros, que se adivinhe que é nem mais nem menos do que festividades. Obrigada." -----

Presidente da Câmara: "Eu não disse que a estadia e alimentação dos artistas era da responsabilidade dos artistas, não disse isso. Disse que estava à parte dos honorários, mas era a Câmara que pagava, foi o que eu disse. Relativamente aos impostos, pois não vale a pena falar muito mais, ainda bem que o IMT é assim, até devia ser mais e lamentavelmente, uma informação não muito agradável que vou dizer, está a reduzir não muito drasticamente, mas está a reduzir algo é mau. E como já alguém disse aqui, realmente é um imposto muito volátil, é preciso ter muito cuidado porque pode ser demonstrativo de uma ilusão e eu não quero ter ilusões." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento da Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Luna Silva: "Na relação de despachos proferidos ao abrigo da competência delegada pela excelentíssima Assembleia Municipal no Presidente da Câmara para a assunção de compromissos plurianuais, temos dois ajustes diretos de aquisição de serviços de Social Media Manager cada um no valor de quatro mil e oitocentos euros, totalizando assim a quantia de nove mil e seiscentos euros. E o que trata de ser um Social Media Manager? É um especialista em redes sociais, desenvolve estratégias para aumentar seguidores, produz conteúdos, avalia estratégias, cria campanhas, etc. Eu pergunto ao Senhor Presidente se considera justificável que a Câmara Municipal pague quase dez mil euros para serviços de redes sociais e porque é que recorre a terceiros para o efeito?" -----

Presidente da Câmara: "Tudo isto é relativo, evidentemente que eu concordo, se assinei a documentação é porque concordo e acho que cada vez mais o município de Albufeira, como já disse, eminentemente turístico tem de se mostrar e tem de se saber mostrar a todas as pessoas, que provavelmente poderão ser potenciais turistas. É essencialmente nesse sentido." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Só para fazer uma pequena questão, tem a ver com a passagem de ano, uma vez que vamos ter as festividades, todos os anos tenho pedido o reforço da iluminação pública, ou seja, de iluminação natural na minha freguesia, tenho pedido para fazer na Avenida doze de Julho, na Avenida Malhada Velha, que ultimamente tem sido só feito na rotunda, era para saber se nesses apoios iremos ter mais iluminação pública onde tem sido solicitado nos outros anos. " -----

Presidente da Câmara: "É mais ou menos o mesmo que o ano passado, não há muito mais, é uma questão de opção, também se podia optar por meter isto tudo iluminado de uma forma estrondosa, mas também não há empresas que façam as situações como se podia



pretender, tanto que uma delas foram aprovadas aqui umas algumas coimas relativamente a há dois anos atrás, portanto, é mais ou menos igual." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Albufeira e Associação Artedosul, no âmbito do festival de Música Clássica "Algarve Classic"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Penso que é dever, e fica bem à Câmara apoiar as atividades culturais e, designadamente, digamos que, esta cultura dita muitas vezes mais erudita ou uma clássica, não esquecendo entretanto que já ao apoio à Orquestra Jazz e Orquestra do Algarve. Gostava de pôr aqui duas ou três questões, porque penso que devemos ser também exigentes nos apoios. Diz a documentação que são três espetáculos, dez mil euros por cada espetáculo e dois dos quais no mesmo hotel e um terceiro no auditório. Entretanto, já vi nas redes sociais que um bilhete custa dez euros. Eu também sou favorável, diria ao utilizador pagador, mas me parece que com dez mil euros de subsídio para um espetáculo e depois ainda a cobrar mais dez euros por pessoa, portanto, a minha questão é, exatamente o subsídio versus o preço do bilhete e, por outro lado, a razão por ser dois espetáculos no mesmo hotel e um só no auditório e para este valor. Obrigado." -----

Raúl Ferreira: "Nunca fiquei tão contente pelo município dar música, é daquelas situações em que me dão música, e fico feliz. Parece que o facto de ter falado aqui na questão da música clássica teve algum desenvolvimento e venho agradecer à Câmara Municipal o facto de se lembrar que existe outras vertentes, para além da música pimba e outro estilo de música. Obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Domingos Coelho, são dois num hotel e um no auditório, porque, segundo informações do senhor Maestro, os músicos todos não cabem para os três espetáculos diferentes que têm, não cabem no palco do auditório. A questão dos dez mil euros, mais os dez euros de cada bilhete é uma questão de



negociação, entre os dez mil euros não são um subsídio, é um pagamento de um serviço. É diferente, não é dar um subsídio à associação Arte do Sul, enquanto nós à Orquestra do Algarve e assim respondo logo ao deputado Raul Ferreira, não é verdade que nós não tenhamos já optado por música clássica, já tínhamos a Orquestra do Algarve que vem todos os anos, três ou quatro vezes fazer concertos. Agora no Natal, está previsto um, neste caso, no auditório, embora não tenha grandes condições para uma orquestra daquele tamanho, mas de qualquer das maneiras é o que temos, para não estar a pagar o aluguer das instalações num Hotel, que custa dinheiro, e este dinheiro também o maestro da Arte do Sul tem que pagar lá no outro lado. Se nós tivéssemos um espaço conveniente para resolver estes problemas, não era preciso estar a pagar mais, podíamos pagar menos porque o espaço era nosso. A Orquestra do Algarve cinge-se àquilo que temos aqui. Reduz o elenco, aperta os instrumentos o mais possível, se calhar, em detrimento de alguma qualidade, mas, enfim, o que temos. Depois temos também um protocolo com uma orquestra de guitarras, através da Igreja de Ferreiras." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Protocolo de promessa de constituição de direito de superfície sobre uma parcela de terreno para construção/expansão do Centro de saúde; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Domingos Coelho: "Um esclarecimento, diz aí na cláusula sexta, *deverá o segundo outorgante pagar anualmente*, julgo que deve haver aí qualquer lapso, ao primeiro outorgante, o montante de catorze mil euros, portanto, para além dessa eventual gralha, a minha pergunta é se esses catorze mil euros e dezoito são um pagamento anual? Durante quanto tempo? Ou só até que se faça o projeto de urbanização e haja depois área de cedência para a Câmara?" -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS neste ponto aquilo que acha de realçar é efetivamente o esforço do município, para poder vir a executar a expansão do centro de saúde e acho que isso é que é o ponto positivo aqui a comentar, é um terreno que tem uma área considerável, que está numa zona bastante acessível, numa das entradas da cidade, diríamos que na entrada principal da cidade ou de fácil acesso através da entrada principal da cidade, também é um terreno com algum declive e que requer ali algum esforço e um bom planeamento do ponto de vista construtivo, mas o que é certo é que, é um terreno com grandes e boas condições para se poder melhorar ao ampliar o centro de saúde e esse esforço e essa vontade política do executivo há que ser realçada." ----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão dos catorze mil euros por ano, e até que a situação do terreno esteja resolvida com o Lidl, porque neste momento não está, aquilo não é um loteamento, aquilo é apenas com base no PUCA, que diz precisamente que aquela área é destinada a ceder para efeitos de ampliação do Centro Saúde. Tinha de ficar ali algum valor para se pagar, simbolicamente, até pode acontecer que depois não tenha sido pago nada. O que vai acontecer também no centro de saúde, como já falei há pouco, a unidade de cuidados continuados, que está para ser construída na Guia, para quarenta camas, vai albergar as vinte camas que estão ali agora a ocupar instalações centro de saúde permanentemente. Porque a unidade de cuidados continuados que é gerida pela Fundação António Silva Leal, está a ocupar uma ala do centro de Saúde, que vai ficar livre quando aquela da Guia ficar construída. Portanto, para além desta unidade nova, vai ficar também aquela parte mais liberta. O terreno não é o melhor, mas é aquele que está próximo das instalações, portanto, é fácil de resolver." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Reduzir Perdas de Água no Setor Urbano", no âmbito do aviso n.º 3/C09-i01/2023 - Medida SM1; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Relativamente a este ponto, Albufeira Prometida questiona se esta candidatura foi aprovada a doze de setembro e houve uma Assembleia Municipal a vinte e cinco de setembro, perguntamos qual a razão só no dia de hoje vir a deliberação à Assembleia? Não faz sentido votar uma candidatura onde o prazo limite de submissão já foi ultrapassado. Apesar desta situação, Albufeira Prometida concorda e apoia que é este o caminho a seguir. Assim sendo, solicitamos o envio de uma lista de todas as candidaturas do quadro comunitário, como as do Plano de Recuperação e Resiliência aprovadas, bem como o seu grau de execução. Obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Bom relativamente à primeira parte da questão, para informar que aquilo que está aqui para ser decidida, é conforme diz aqui na ordem de trabalhos e muito bem, diz que é ao abrigo da alínea C do número um do artigo sexto da lei oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, portanto, se a senhora deputada ler esta alínea, este número e este artigo e esta lei, certamente chega à conclusão porque é que está aqui isto na Assembleia. Está aqui apenas e só, não para autorizar a candidatura absolutamente nenhuma, mas para a repartição de encargos em anos económicos diferentes, que é isso que lá está na proposta. Se reparar está lá, no ano dois mil e vinte e três uma terminada ação, uma determinada atividade tem um determinado valor, e dois mil e vinte e quatro tem outro, há outros que são em vinte e quatro e vinte e cinco, não



quer dizer que seja tudo aprovado, pode não ser, porque provavelmente do PRR o dinheiro não chega nem para um décimo daquilo que está ali." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura no âmbito do Aviso n.º 07/C03-i01/2023 - Radar Social - Criação de equipas para projeto piloto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente da Câmara, a submissão das candidaturas deveria ter ocorrido até ao dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, hoje é dia trinta de outubro de dois mil e vinte e três, pergunto uma vez decorrido o prazo, se a Câmara apresentou submissão à candidatura?" -----

Presidente da Câmara: "É a mesma resposta que há bocado dei, não está aqui em causa a candidatura, está em causa a repartição de encargos por anos económicos diferentes, é o que está aqui, que é a alínea c) do número um do artigo sexto da lei doze de dois mil e dezoito de vinte e um de fevereiro." -----

Luna Silva: "De acordo com o artigo seis da mencionada lei, o que refere a linha c) é o seguinte: a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias

público-privadas está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal quando envolvam entidades da administração local. Esta alinha não responde à questão que eu coloquei." -----

Presidente da Câmara: "Responde porque é a autorização prévia para o pagamento, quando ele for realizado e para colocar em orçamento já estes valores assim, portanto, são apenas para pagamentos, não é para mais nada, porque a candidatura não era preciso estar aqui para ser aprovada. Só está cá precisamente para repartição de encargos financeiros e é precisamente por isso, conforme acabou de ler o a alínea c)." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Margarida Guilherme. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à Proposta de Atribuição de Concessão de Utilização de Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, localizado na Unidade Balnear 1 da praia da Falésia/Alfamar - Alteração ao Caderno de Encargos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, tenho três questões, uma sobre os critérios, segundo o que consta na documentação, os concorrentes podem, no caso de energia e no caso de água, não ter práticas de sustentabilidade, diz o ponto três é



exigente, o ponto dois é mais ou menos e o ponto um diz que não faz, digamos que uma prática de sustentabilidade ao nível da água e ao nível de energia, num estabelecimento destes, penso que não devia ser possível ou permitido alguém concorrer sem esta sustentabilidade do nível de energia e da água. Depois, na questão do modo desempate, o primeiro ponto é desempatado em termos do valor arquitetónico e só o segundo no valor ambiental. Nós consideramos que o arquitetónico é sempre uma observação ou uma avaliação subjetiva e sabemos como estas coisas são complicadas, ao passo que o valor ambiental é muito mais quantificado, é muito mais objetivo. E finalmente, o outro ponto que tem a ver com os dois por cento de receitas face à faturação. No documento que vi aqui há duas ou três Assembleias, punha-se a possibilidade de dois por cento ou mais. Consideramos que um equipamento destes ocupando um espaço público e sabemos que estes equipamentos têm boa rentabilidade, penso que ficaria talvez muito melhor se a Câmara não pusesse o número fixo e que deixasse quase que, à concorrência dos candidatos ou então dizia dois ou mais, ou seja, penso que dois por cento para este tipo de equipamento é pouco para reverter a favor da autarquia. E sobre a faturação que, às vezes sabe-se como é que é. Portanto, o PS se houver alguma situação, digamos, de mudança, pode votar alterar à partida o seu voto, mas consideramos que com estes critérios, não estamos de acordo." -----

Carla Vieira: "Analisada toda a documentação referente a este assunto, verificamos que, nos documentos da sessão da Assembleia de Janeiro de dois mil e vinte e três, é mencionado que o prazo de concessão já tinha cessado. Ora na presente Assembleia, solicita-se que se delibere sobre a instalação e exploração de apoio de praia municipal localizado na praia Falésia, Alfamar e assim sendo, questionamos, quem, a que título e por que valor foi explorado este apoio de praia na época balnear de dois mil e vinte e três?" -----

Luna Silva: "É proposto à digníssima Assembleia Municipal que delibere e vote na alteração ao caderno de encargos, nomeadamente alínea x) do número um. Este ponto já tinha sido debatido na Assembleia Municipal de vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e três, e nesta sessão, eu questionei este executivo sobre o auto de vistoria na altura junto ao ponto, acerca das intervenções urbanísticas nesta unidade balneária da Praia do Alfamar. A relembrar de acordo com o auto de vistoria, as características eram bastante preocupantes, arribas em risco, estrutura de madeira em mau estado, o sistema de segurança contra incêndios que precisava de ser substituído, a eletricidade



também não cumpria com as normas de segurança em vigor, entre outros. Recordo-me ainda que, nesta Assembleia, quem presidiu o executivo foi o senhor Vice-Presidente Doutor Cristiano Cabrita que, na altura referiu que, a fim de salvaguardar a segurança dos nossos munícipes, tinha sido criada uma comissão de vistoria, criada essa comissão e volvidos nove meses, eu pergunto se esta unidade balnear já foi alvo de intervenções a melhoramentos?” -----

Vice-Presidente: “Dizer que nós aprovamos aqui este documento, salvo erro por unanimidade, portanto, o que vem aqui é uma alteração ao caderno de encargos. Se calhar começava pela última intervenção do deputado Domingos Coelho, efetivamente, o que a proposta diz é precisamente aquilo que você estava aqui a defender, o valor dos dois por cento é o mínimo que o proponente pode colocar em cima da mesa, pode ir até aos dois por cento, três, quatro, cinco, seis, ou seja, é apenas um dos vetores da matriz de valorização, se você ler bem o caderno de encargos é o que lá está escrito, é apenas uma matriz da valorização para a atribuição da concessão. A parte final da matriz tem três componentes, uma económica, uma ambiental e outra arquitetónica e, portanto, é assim que se faz a ponderação daquele que será o candidato mais bem posicionado. Não vou discutir aqui questões ambientais, acho que a Câmara Municipal, comparativamente com a Agência Portuguesa do Ambiente fez muito mais do que anteriormente, temos aqui um critério que é um critério de valorização, outrora não tínhamos, e o critério arquitetónico é algo que só quem está dentro do processo é que pode efetivamente explicar como é que esta situação se pode observar, porque uma coisa é nós termos uma praia como praia dos Salgados ou praia da Falésia, em que existe um extenso areal e que há condição arquitetónica que pode ser semelhante, ou pode ter trezentos metros e com sentido retangular, isso pode ser aplicado aí. Senhores deputados, nós não podemos fazer isto numa praia com a praia da Coelha, com a praia do Manuel Lourenço, como a praia do Evaristo, em que a condição geográfica em termos de arquitetura do terreno é completamente distinta, portanto, não posso pegar numa situação idêntica nos Salgados e colocá-la na praia do Manuel Lourenço ou na praia do Evaristo, São Rafael, Arrifes, portanto, há aqui uma situação completamente diferente. Depois a questão da manifestação de interesse, a senhora deputada Luna Silva falou aqui como é que os apoios de praia conseguiram estar a funcionar da mesma maneira que estiveram, porque a lei permite que, findo o prazo de concessão, o concessionário possa legalmente manifestar o seu interesse e, portanto, ao fazer essa manifestação de interesse, até a



Câmara Municipal abrir novamente o concurso, ele poderá efetivamente lá exercer essa atividade, essa foi a questão. A questão do valor, não pagou valor nenhum que não tivesse pago anteriormente, ou seja, o que se fez foi apenas uma prorrogação do prazo, naquelas situações em que o prazo findou, manifestação de interesse o prazo finda, os proprietários. Vou dizer aqui, se o Senhor Presidente me permite, porque acho que isto é muito importante de referir, o que nós fizemos foi um caderno de encargos que, sobretudo, visa proteger, e este aspeto é fundamental, a Comissão de trabalho teve muita preocupação em analisar este ponto, em proteger aqueles que são os pequenos empresários, os pequenos concessionários de Albufeira. O que estou a dizer muito objetivo, ou seja, o que está no caderno de encargos senhor deputado Domingos Coelho, também deve ter visto, é que o investimento mínimo que se exige lá é um investimento que a APA anteriormente já tinha colocado em cima da mesa, neste caso são cento e vinte e cinco mil euros para um prazo de quinze anos, que é completamente diferente se nós, Câmara Municipal que temos a prerrogativa colocássemos quinhentos ou seiscentos mil e, portanto, é para proteger aqueles que são os pequenos comerciantes, comparativamente com os grandes grupos económicos, que nós fizemos este caderno de encargos com esta dimensão. E dizer também que, mantivemos exatamente aquilo que eram muitos dos critérios da APA que anteriormente serviam, mas que agora parece que já não servem, nomeadamente aquilo que é a concessão por vinte anos, com um valor que não foi inalterado de quatrocentos mil euros e, portanto, nós não fizemos nada de novo que não tivesse plasmado nas condições atribuídas pela APA. O que fizemos foi melhorá-las e colocá-las ao serviço da comunidade e, neste caso, claramente protegido do ponto de vista legal." -----

Domingos Coelho: "Se o Senhor Vice-Presidente garante que os dois por cento está em aberto, dois ou mais, agora, o que eu li eram dois por cento. No outro documento que veio em janeiro dizia dois ou mais, se, de facto isso se mantiver dois ou mais, nós votamos a favor. Agora achamos é que, dois por cento é pouco. Penso que podemos defender melhor o erário público, até deixando em aberto em termos de concorrência dos candidatos." -----

Vice-Presidente: "Reafirmo aqui que aquilo que está plasmado no caderno de encargos é que, numa das vertentes das três que compõem a matriz para atribuição da concessão, o que lá diz é dois ou mais por cento, portanto, se o senhor for candidato a uma concessão, poderá fazer naquilo que é a componente de valorização económica, uma



proposta dois por cento, três por cento, cinco por cento, até pode fazer de vinte por cento, cinquenta ou cem. Depois irá ser feita a ponderação e naturalmente, que essa condição dos três ou quatro por cento servirá no final para determinar o seu posicionamento face aos outros concorrentes." -----

Presidente da Câmara: "Tem então de ser alterado aqui na folha número três da proposta que foi aprovada em reunião de câmara, diz aqui na parte a negrito, diz assim, proponho que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar as alterações, (...) deixe de proceder ao pagamento até ao décimo dia do mês de uma prestação mensal no valor correspondente ao valor mínimo de dois por cento, ou o valor apresentado na proposta do valor total da receita bruta da exploração, excluído para o apuramento. É o que diz aqui." -----

Domingos Coelho: "Tomo por boas as palavras quer do Senhor Presidente, quer do Senhor Vice-Presidente, que está aberta a possibilidade de dois ou mais, mas algures no documento fala taxativamente em dois por cento. Portanto, tomo por boa, e se for possível, essa abertura, o PS votará a favor." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente Doutor Cristiano Cabrita, o que eu tenho a dizer é que a resposta que apresentou não foi, com certeza, à minha questão, porque eu não perguntei o modus operandi, o que eu perguntei foi o que estava na altura refletido no auto de vistoria, se ainda permanece à presente data, ou se houve ou não melhoramentos, porque estamos a falar aqui de condições bastante preocupantes e eu li duas, que ainda há pouco tempo tivemos ali o episódio que aconteceu no restaurante Evaristo, que é o sistema de segurança contra incêndios que precisava de ser substituído, e a eletricidade também não cumpria com as normas de segurança em vigor. E a minha questão é tão simples quanto esta, ainda permanece esta situação ou já foi alterada?" -----

Vice-Presidente: "Por acaso a culpa foi minha, não expliquei a sua situação. O município de Albufeira, ao contrário daquilo que foi feito no passado, tem uma comissão de vistorias que atesta que os nossos equipamentos estão devidamente seguros, portanto, a APA não fazia este tipo de intervenção anteriormente, nós temos uma comissão de vistoria que foi criada para salvaguardar aquilo que é um investimento real dos concessionários. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que imaginemos que nós temos equipamentos completamente distintos, já lá vou responder à questão específica do Alfamar, que não é a questão específica do Alfamar, temos equipamentos completamente

dispares, nós temos equipamentos que não é necessário fazer nenhuma intervenção ou pelo menos, têm uma intervenção mínima que estão completamente novos, foram alvos de remodelação. A questão do Alfamar, a questão da vistoria que foi feita, uma delas determinou que estava em condições de segurança em termos de infraestruturas, de casas de banho e por aí fora, é essa condição agora neste concurso que vai determinar qual é o valor mínimo que depois o concessionário tem que fazer em termos do investimento total, portanto, se aquilo estiver completamente abandonado, por assim dizer, naturalmente, que é obrigatório uma reformulação completa do equipamento e isso salvaguarda o interesse público, porque as concessões de apoio de praia completo devem salvaguardar o interesse público e aquilo que é a salvaguarda do banhista, porque têm equipamentos como as casas de banho, que são de utilização pública, mas se quiser depois explico a questão mais em detalhe.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06) Raul Ferreira, Mónica Coimbra, Luna Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes, -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 em 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2024 em 0% para todos os sujeitos passivos; ---
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2023 em 0.3% para os prédios urbanos; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: “Bom, desta vez não estou de acordo com Presidente da Câmara, vou votar contra o meu próprio interesse, mas às vezes temos de deixar de lado os interesses privados e pessoais pelo bem da comunidade. Eu acho que o imposto deveria ser mais alto, já tinha dito isso várias vezes, que tem essa bazuca, também disse que poderíamos



ter para abater, por exemplo, algumas dívidas, e isso é a minha opinião, portanto, desta vez, vou votar contra, porque eu acho que deveria ser aumentado. Os impostos em Albufeira são, como disse, são dos mais baixo do país, está todo mundo querendo vir morar para cá, a pujança económica do concelho está cada vez mais forte e, portanto, eu acho que poderíamos aproveitar disto. Há comunidades que vêm de fora, também que ajudem mais e obviamente, usar esse dinheiro também para projetos sociais para mais inclusão e integração.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Paolo Funassi -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2024 de 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, eu acho que contra factos não há argumentos, são quatro pontos, possivelmente este será também aprovado e, portanto, eu acho que é um esforço enorme por parte do executivo municipal, ter estes impostos sempre naquilo que é o possível em termos mínimos, é efetivamente dos concelhos que tem estes impostos mais baixos do país. Se olharmos aqui à volta e não gostando também de comparações, temos uma série de concelhos aqui à volta que isso não acontece. Curiosamente, muitos deles são do Partido Socialista ou quase todos e, portanto, eu acho que isto é importante de realçar, porque estes são os verdadeiros impostos que iriam

influenciar, a capacidade económica das famílias e das empresas e estes são os impostos que, efetivamente o município de Albufeira resolve manter no mínimo." -----

Rui Serôdio: "Queria em relação a este ponto dar um conselho ao Presidente da Assembleia Municipal, levar para o plenário, agora que há o Orçamento de Estado e levar este belo exemplo de taxas mínimas no concelho de Albufeira e que apliquem no Governo uma taxa, um esforço fiscal que desde dois mil e quinze todos os anos bate recordes."-

André Lima: "Enaltecer aqui o apoio e reforçar aquilo que o deputado Carlos Quintino disse em relação ao trabalho que a oposição fez em dois mil e vinte e um e que impediu que estes impostos passassem para outras taxas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Ampliação da rede de Águas Residuais Domésticas e de Vale Pegas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva -----



Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a aplicar na Remodelação e Conservação da rede de Abastecimento de Água e Saneamento até ao limite de 499.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "De acordo com a informação entregue neste ponto, o concurso vigente encontra-se com a verba praticamente esgotada, pelo que se torna fundamental a abertura do novo procedimento. Após pesquisa de modelos de anúncios de contratos públicos, a data do último concurso de fornecimento de materiais em ferro fundido foi no dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, número cento e oitenta e três no Diário da República e anúncio de procedimento do município de Albufeira, número mil duzentos e sete barra, dois mil e vinte e um. Este concurso apresentava um valor base de trezentos e cinquenta mil euros, mais IVA e tinha um prazo de execução de mil e noventa e cinco dias. O presente concurso para dois mil e vinte e três tem exatamente o mesmo prazo de execução mil e noventa e cinco dias, mas o que é que difere entre estes dois concursos? E a resposta é simples, é o valor base, porque o valor base do concurso de dois mil e vinte e um foi de trezentos e cinquenta mil euros, e o presente contrato que estamos a votar hoje é de quatrocentos e noventa e nove mil euros. Eu falo aqui de uma diferença, senhor presidente, de cento e quarenta e nove mil euros, por isso, tenho de perguntar a este executivo o que é que justifica num concurso com apenas dois anos de diferença, com o mesmo objeto e com o mesmo prazo de execução, tenha sofrido um aumento de cento e quarenta e nove mil euros." -----

Presidente da Câmara: “Bom, fez uma resposta extremamente lógica, irracional e consequente daquilo que se passou e daquilo que, conforme sabe, os preços, principalmente do ferro e do aço aumentaram enormemente depois que começou a guerra na Ucrânia. Toda a gente está informada dessa situação, e se alguém concorrer com estes valores para os anos seguintes, já não digo para este agora, dada a incerteza da questão dos preços, até pode acontecer que não haja concorrentes mesmo com este valor, portanto, isto é mais que lógico, portanto, este aumento, infelizmente, é assim.” -

Luna Silva: “Senhor Presidente, fico contente que a resposta seja simples, espero que o meu pedido também seja, não vou fazer da mesma forma que tenho feito sempre, a qual nunca obtive resposta, que é por via e-mail, gostava então que me fosse entregue na sala da Assembleia Municipal para eu poder então consultar uma tabela com as comparações dos preços para eu poder analisar. Obrigada.” -----

Presidente da Assembleia: “O Eng. Batalha, com certeza que ouviu a questão e vai elaborar essa tabela, comparando os preços de um lado e de outro, e deixa na Assembleia ou entrega-me a mim e eu faço com que os serviços do corredor façam essa entrega lá no gabinete da Assembleia.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Prestação de Serviços de Transporte Escolar em Circuitos Especiais para o Ano Letivo de 2023/2024; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em circuitos não definidos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Não tenho tanto para questionar, o conteúdo do ponto, mas isto remete para uma situação de como é que está no parque de autocarros da Câmara? Parece que deve haver muitos problemas, julgo eu, ao nível desse parque para haver tanto concurso para transporte." -----

Luna Silva: "Página três, ponto dois ponto cinco, impossibilidade de prestação de serviço com recursos próprios, leia-se, de momento, não é possível assegurar a prestação alvo do presente procedimento pelos seguintes motivos, redução de vinte e sete por cento dos motoristas, em sete vagas apenas se encontram preenchidas duas, e ainda em julho de dois mil e dezanove, houve um procedimento para aquisição de três novos autocarros e quatro carrinhas de nove lugares para transporte escolar, tendo em conta que em dois mil e vinte, este número de viaturas atingiria a idade limite para transporte de crianças, passando a ser impossível efetuar todos os circuitos de transporte escolar, sendo que



só obteve cabimento em fevereiro de dois mil e vinte e um e foi decidido retirar da reunião de Câmara de abril de dois mil e vinte e um sem qualquer justificação. A minha pergunta é muito simples, o que é que trata de ser sem qualquer justificação?" -----

Presidente da Câmara: "Na altura, entendeu-se que a melhor forma seria contratar exteriormente do que estar a contratar autocarro que são difíceis de fornecer, tal e qual como um carro normal, é extremamente difícil de fornecer, há carros que chegam a estar anos à espera para ser entregues a quem os adquiriu. Isso fazia com que pudesse pôr em perigo a questão dos transportes, quer dos alunos, escola casa/casa-escola, que digo não significa que este modelo de transporte escolar seja utilizado durante muito mais anos, portanto, isto tem um limite. Ainda há bocado veio um senhor aqui a falar da Algar, e uma das razões que a Algar alega por não prestar o serviço, é por causa da falta de motoristas e aqui é precisamente a mesma coisa, acabou de ler que das sete vagas só duas é que foram preenchidas, depois passado pouco tempo vão para outro lado, ou TVDE ou transfere ou uma outra empresa de camionagem, portanto, isto está tudo mais que justificado, é tudo limiar, diria eu ou elementar até. Em relação ao parque de autocarros é aquilo que já disse, alguns estão em fase que não podem transportar crianças, porque têm o número de anos a mais, parece-me que isso está para ser alterada a legislação, e o que é facto é que o número de praticantes de desporto das classes jovens aumenta grandemente neste concelho, nós temos dos concelhos mais pequenos do Algarve e se vocês repararem na revista da Associação de Futebol, em termos de jovens, nós temos três clubes nos primeiros cinco lugares, o Imortal Desportivo Clube, o Futebol Clube de Ferreiras e o Guia Futebol Clube. Nós temos quase mil atletas na formação, não estou a falar nos séniores, e estes atletas ainda há pouco veio aqui a deputada Carla Madeira dizer precisamente a questão do transporte para Paderne. Isto ao fim de semana é impossível com o número de motoristas é possível responder a praticamente toda a gente, temos alternativa que foi criada há bastantes anos, que é ceder o combustível aos clubes, que vêm abastecer, a sorte tem sido essa. Isso foi criado quando for publicada esta lei oito de dois mil e doze de vinte e um de fevereiro, que é a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, precisamente nesta altura que foi na altura da crise financeira e que estávamos com dificuldades em ter fundos disponíveis, e não se podia fazer nada sem fundos disponíveis. Então arranjamos uma maneira diferente dos clubes pararem o transporte, foi cedendo combustível, que era outra forma que não implicava com os fundos diretamente. E além disso, temos dados nos últimos anos alguns

autocarros já em fase descendente a alguns clubes, por exemplo Futebol Clube de Ferreiras tem um autocarro, o Imortal tem, o Guia Futebol Clube tem, o Padernense vai ter.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Aquisição de passes escolares da Rede GIRO para o ano letivo 2023/2024, até um limite de 208.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para as atividades de Artesão, Artística, Restauração e Bebidas não Sedentária e Venda Ambulante, para os meses de novembro de 2023 a março de 2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho apresenta e lê proposta. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata). -----

Carlos Quintino: "Um pedido de esclarecimento, porque eu gostava que fosse evocada pelos proponentes as reais diferenças entre aquilo que é esta proposta, e a proposta do executivo que está posta à votação, para nós tentarmos perceber, porque aquilo que eu deparo é que há uma proposta executivo da isenção na sua totalidade e que o Partido Socialista propõe 50%, reparo também que o executivo propõe incluir o mês de março e que o Partido Socialista propõe só incluir o fevereiro, mas queríamos ter algum esclarecimento sobre isso." -----

Domingos Coelho: "Há uma real diferença, o que se propõe ali é que os estabelecimentos comerciais que não fechem, terem um bónus de cinquenta por cento nos meses seguintes, porque a proposta do executivo é dar um bónus, estejam abertos ou estejam fechados e penso que o importante, tanto mais que vi o ano passado, os serviços quase que pressionaram os restaurantes para estarem abertos, ou seja, mais do que o convite a que estejam abertos, é um bónus que se dá cinquenta por cento nos meses seguintes, ou seja, aqui dá-se um prémio àqueles que estejam abertos. A proposta do executivo dá um prémio, estejam abertos ou estejam fechados. Eu diria que uma completa a outra, o facto de não termos incluído o mês de março é porque consideramos que o mês de março é quase um mês, diríamos de atividade turística normal, portanto, aqui é um apoio àqueles que no inverno, muitos deles fecham e é uma iniciativa que não fechem, penso que há esta diferença substancial. Penso que o apoio deve ser sempre a que os estabelecimentos se mantenham abertos e os que se mantenham abertos têm um bónus."-----

Carlos Quintino: "Com o devido respeito, nós gostávamos realmente de perceber a proposta, e eu não me considero uma pessoa com pouca inteligência, agora, vai ser votado em alternativa? É um upgrade àquilo que é a proposta do executivo? Qual é o formato que se vai dar na votação? Para nós seria mais fácil não fazer essas perguntas e



tomávamos a nossa posição e ponto final, mas estamos a querer perceber a essência da proposta, para podermos votar em consciência." -----

Domingos Coelho: "Penso que a essência é simples, é um complemento à proposta que vem do executivo. O executivo diz que dá um bónus a quem esteja aberto ou esteja fechado durante aqueles meses, a nossa proposta é sim senhor, mas os que estiverem abertos têm outro bónus. Penso que não é difícil compreender." -----

Presidente da Assembleia: "Era de todo conveniente perceber se o Senhor Presidente aceita ou não a proposta, que se consubstancia num aditamento ao texto emanado pelo executivo ou se temos que votar em alternativa. O executivo tem duas hipóteses, aceita este aditamento ou mantém a sua proposta. Se aceitar inclui-se o aditamento e votar-se-á só uma proposta, caso contrário estaremos perante duas propostas que terão de ser votadas em alternativa." -----

Presidente da Câmara: "Esta proposta que veio do executivo para a Assembleia tem a ver com atividades essencialmente atividades nómadas, não são estabelecimentos comerciais fechados, portanto, são venda ambulantes, são os artesãos da rua, são essa gente toda. Eu percebo o que querem dizer, reduzir cinquenta por cento a quem estiver aberto, mas o grande problema do estar aberto não é a venda ambulante no inverno, é os estabelecimentos fechados. Esses é que temos problemas não é estes aqui. Até porque não havendo ninguém eles não estão lá ao frio ou à chuva, para estar a vender quase nada na rua. Agora, estar a dar cinquenta por cento de desconto no verão então não sei que quantidade, nem tínhamos espaço para todos, com certeza. Com tantos benefícios que dávamos, com certeza que aparecia cá muita gente." -----

Domingos Coelho: "Eu penso que estas atividades também fazem parte, digamos, do movimento, da fruição do centro da cidade, e se eles estão lá e, com certeza, estão quantificados e estão legalizados, portanto, não estou a ver, não é por isso que vão aparecer mais, são àqueles que já existem e, penso que aquilo que existe na baixa é também o movimento dos próprios ambulantes, e que devemos tratar ambulantes ou sedentários da mesma forma. O objetivo é que contribui para que a baixa não fique completamente fechada ou quase deserta nos meses de inverno. O nosso objetivo principal é esse, e é um complemento à proposta do executivo." -----

Rui Serôdio: "Queria perguntar ao Partido Socialista qual o valor do impacto económico desta medida dos cinquenta por cento no Verão?" -----



Domingos Coelho: "E eu perguntaria qual é o impacto económico da proposta vinda do Executivo?" -----

Carlos Quintino: "Primeiro que tudo agradecer os esclarecimentos que foram prestados. A bancada do PSD/CDS vai-se manter com a proposta do Executivo e vai votar a proposta executivo." -----

Paolo Funassi: "Eu estava a apoiar a proposta do PS, achei que era bom, mas o Presidente explicou bem, estamos a falar de que atividades, portanto, mantenho-me também na proposta do Presidente, mas realmente tem razão de propor a iniciativa no inverno, porque parece quase um parque de diversões que fecha." -----

Leonardo Paço: "Eu também apoio a proposta trazida à Assembleia pelo Senhor Presidente." -----

Domingos Coelho: "O espírito é, há uma proposta que vem do executivo, que está na ordem do dia e agora há outra proposta do PS, que será votada e, portanto, são duas propostas. Penso que uma não é contraditória da outra, uma é complementar da outra." -----

Presidente da Assembleia: "Tendo em consideração a intervenção do senhor deputado Carlos Quintino, perguntava ao Senhor Presidente qual a posição que vai tomar. Se mantém a proposta vinda do executivo, ou se concorda em englobar a proposta feita pelo Partido Socialista." -----

Presidente da Câmara: "Vou continuar com a proposta do executivo." -----

Presidente da Assembleia: "A ser assim, vamos então votar em alternativa. A primeira proposta a ser votada é a proposta enviada pelo executivo, que consta do ponto dezassete da ordem de trabalhos, e que propõe a isenção das *taxas de ocupação da via pública para a atividade de Artesão Artística, Restauração e Bebidas Não Sedentárias e Venda Ambulante para os meses de novembro de dois mil e vinte e três, a março de dois mil e vinte e quatro.*" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Raul Ferreira. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de



Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "Tendo existido unanimidade na votação da primeira proposta, não haverá necessidade de votar a outra proposta em alternativa." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de outubro de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



PROPOSTA

Considerando que cabe à Autarquia a tomada de medidas para:

- Combater a sazonalidade da atividade turística;
- Dinamizar o comércio em geral e em particular nas zonas com maior incidência nesta atividade;
- Criar as condições para o desenvolvimento de atividades/eventos culturais que induzam ao afluxo de pessoas às zonas de maior fruição social e de atividade económica.
- Dar apoio à atividade económica e não incentivos que possam contribuir para o encerramento de estabelecimentos comerciais em certos períodos do ano.

Considerando ainda que o objetivo principal de apoios a conceder, deverá ser sempre no sentido de que haja um número significativo de estabelecimentos comerciais em plena atividade em qualquer altura do ano.

Assim, o grupo municipal do Partido Socialista, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, apresenta a seguinte proposta:

- 1) Que as atividades de Artesão, Artística, Restauração e Bebidas não Sedentária e Venda Ambulante que mantenham a atividade nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro beneficiarão de uma redução de 50% do valor mensal da taxa de ocupação da via pública;

- 2) A redução acima referida de 50% será aplicada a partir do mês de Abril e sucessivos, conforme o número de meses que mantiveram a atividade entre os meses de Novembro a Fevereiro.

Albufeira, 30 de Outubro de 2023

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Domingos Coelho